

INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

IRE
327"2003"
GS

3239/03
L0000003297

ex. 2003

2003

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

A 2433

GUIA

DE

ESTUDOS

IRBR
327(079) "2003"
G943g
ex.1

2239/03

Ministro das Relações Exteriores
Professor Celso Lafer

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Osmar Vladimir Chohfi

Diretor do Instituto Rio Branco
Embaixador João Almino

SUMÁRIO

Apresentação 7

Edital 9

Programas, bibliografias, orientação para
estudo e exemplos de provas

- Teste de Pré Seleção 27
- Português 29
- Inglês 38
- Questões Internacionais Contemporâneas 49
- Geografia 54
- História 64
- Noções de Direito 77
- Noções de Economia 87
- Francês (recomendação) 94

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2003, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam do **Guia**:

- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
- os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília, em dezembro de 2002.

EDITAL DO DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO

EM 13 DE NOVEMBRO DE 2002

(publicado no Diário Oficial da União em 18/11/2002)

O **DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO** torna público que estarão abertas, de 06 de janeiro a 21 de fevereiro de 2003, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e Promoção de Eventos, da Fundação Universidade de Brasília (CESPE-FUB), com o qual o IRBr mantém contrato de prestação de serviços técnicos especializados. O texto deste Edital e informações adicionais sobre o Concurso estarão disponíveis nos endereços eletrônicos do IRBr (http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm) e do CESPE (http://www.cespe.unb.br/diplomacia).

3. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), e no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBr), de que é parte integrante aquele programa, regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

4. A remuneração inicial do cargo de Terceiro Secretário é de R$ 4.130,22.

5. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria nº 01, de 07 de fevereiro de 2001, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro do mesmo ano, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso, respeitados os artigos 7º, XXI e 37, VIII da Constituição Federal, as Leis 7.853/89 e 8.112/90, e o Decreto nº 3.298/99.

1. DAS VAGAS

1.1. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas, de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1.2. Do total de vagas, 3 (três) serão reservadas a portadores de deficiência e providas na forma do § 2º, do artigo 5º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1999.

1.3. Para concorrer às vagas mencionadas no item anterior, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

1.4. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência deverão submeter-se, na Quarta Fase do Concurso, à perícia médica pela Junta de Avaliação, que terá decisão terminativa sobre sua qualificação como portador de deficiência, sobre o grau da deficiência e sobre a capacidade física para o exercício do cargo.

1.5. Esses candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

1.6 As vagas definidas no subitem 1.2 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência, por reprovação no Concurso ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem da classificação final.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições poderão ser feitas pela Internet (www.cespe.unb.br/diplomacia) ou pessoalmente, na sede do Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais. Para tanto, o candidato deverá preencher requerimento de inscrição e recolher a taxa de inscrição no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), que em nenhuma hipótese será restituída ao candidato.

2.1.1. Inscrições pela Internet: Será admitida inscrição pela Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia, a partir das 10:00 horas do dia 6 de janeiro de 2003 e até as 20:00 horas do dia 21 de fevereiro de 2003 (horário de Brasília).

2.1.1.1 O Instituto Rio Branco e o CESPE não se responsabilizam por solicitações de inscrição via Internet não-recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.1.1.2 O candidato que desejar realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;

b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica; ou

c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

2.1.1.3 O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após o preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *on-line*.

2.1.1.4 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia 24 de fevereiro, primeiro dia útil após a data do encerramento das inscrições.

2.1.1.5 As solicitações de inscrição via Internet cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

2.1.1.6 As inscrições efetuadas via Internet somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição, que será feita das seguintes formas:

a) para pagamentos efetuados por meio de débito em conta-corrente, comprovação de pagamento pelo Banco do Brasil;

b) para pagamentos efetuados por meio de documento de arrecadação, comprovação de pagamento pela Caixa Econômica Federal; e

c) para pagamentos efetuados na rede bancária, por meio de boleto bancário, comprovação de pagamento pelos bancos.

2.1.1.7 O comprovante de inscrição do candidato inscrito via Internet estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia, após o acatamento das inscrições, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

2.1.1.8 O candidato inscrito via Internet não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua responsabilidade exclusiva os dados cadastrais informados no ato de inscrição.

2.1.2. Inscrições na sede do Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais: os candidatos poderão também inscrever-se nos seguintes endereços:

a) **Em Brasília:**

- Instituto Rio Branco, Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2 e 3, CEP 70170-900, tels: (61)325-7000/5/6; fax:(61)322-8355; *e-mail*: irbr@mre.gov.br; *Home-page*: www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm.

b) **nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:**

- **Belém (PA)**: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66035-100, tels: (91) 242-5932/1043, fax: (91) 223-5506;
- **Belo Horizonte (MG)**: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 2º andar, CEP 30130-180, tel: (31) 3217-4604/4606, fax: (31) 3217-4610;
- **Curitiba (PR)**: Fundação Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), Rua XV de Novembro, 1457, Centro, CEP 80060-000, tel: (41) 360-7400/360-7445, fax: (41) 362-2117;
- **Florianópolis (SC)**: Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900, tel: (48) 331-9953/331-9200, fax: (48) 234-2324;
- **Fortaleza (CE)**: Departamento de Letras Estrangeiras – Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180, tel/fax: (85) 288-7612/288-7613, fax (85) 281-7036/223-1642;
- **Porto Alegre (RS)**: COPERSE – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, R. Ramiro Barcelos, 2574, Bairro Santa Cecília, CEP 90035-003, tel: (51) 3316-5906/5907, fax: (51) 3316-5908;

- **Recife (PE)**: Pós Graduação em Direito – Faculdade de Direito – Universidade Federal de Pernambuco, Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2º andar, CEP 50060-080, tel/fax: (81) 3423-6056 / 3231-7551;
- **Rio de Janeiro (RJ)**: Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, Centro, CEP 20080-002, tel: (21) 2263-5562, fax (21) 2263-1462;
- **Salvador (BA)**: Pró-Reitoria de Extensão – Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170, tels: (71) 328-7044/0124, fax: (71) 328-0127;
- **São Paulo (SP)**: Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo – ERESP – Memorial da América Latina (Portão nº 12 – Metrô Barra Funda), Av. Auro Soares de Moura Andrade, nº 664, CEP 01156-001, tel: (11) 3823-4698, fax: (11) 3823-4699, e-mail: eresp@memorial.org.br.

2.1.2.1 No caso das inscrições feitas no Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais, a taxa de inscrição deverá ser depositada na **conta nº 33.448.112-0, Agência nº 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de CESPE-UnB**.

2.1.2.2 Ao solicitar a inscrição no Instituto Rio Branco ou nos Centros Regionais, o candidato deverá apresentar:

a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;

b) original e fotocópia da carteira de identidade;

c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

2.1.2.3 Será permitida a inscrição por procuração, junto ao Instituto Rio Branco ou aos Centros Regionais, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador, o qual deverá estar em condições de prestar as informações solicitadas no formulário de inscrição. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

2.2. **Requisitos**: os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;

b) estar em dia com o serviço militar;

c) estar em dia com suas obrigações de eleitor;
d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido.

2.3. **Candidatos casados com estrangeiros**: O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

2.4. **Local das provas**: no ato da inscrição, o candidato deverá declarar a cidade onde deseja realizar a prova da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 2.1.2 acima. Cabe notar que, embora na mesma cidade, o local de realização de provas poderá não ser o mesmo das inscrições. Cada Centro Regional orientará especificamente os candidatos a respeito. As provas da Segunda Fase serão realizadas na mesma cidade onde o candidato tiver prestado o Teste de Pré-Seleção (TPS).

2.4.1. Os endereços dos locais de realização da prova da Primeira Fase serão publicados no Diário Oficial da União, por meio de edital, até o dia 7 de março de 2003, divulgados nos endereços eletrônicos http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm e http://www.cespe.unb.br/diplomacia e afixados na sede do Instituto Rio Branco e nos Centros Regionais.

2.5. Os candidatos que tencionem concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência e as candidatas que necessitem dispor de local reservado à amamentação durante as provas deverão indicar tais circunstâncias nos campos específicos do formulário de inscrição.

2.6. O Guia de Estudos, que contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior e as respectivas melhores respostas às questões formuladas, estará disponível nos endereços eletrônicos http://www.mre.gov.br/irbr/irbr.htm e http://www.cespe.unb.br/diplomacia. Os candidatos que assim desejarem poderão recolher 1(um) exemplar do Guia de Estudos na sede do IRBr ou nos Centros Regionais.

2.7. **Normas gerais**:
a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
b) não haverá segunda chamada de prova alguma;
c) as provas escritas serão feitas com caneta de tinta preta ou azul;
d) no TPS apenas será permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta;
e) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova, assegurados os direitos das mães lactantes, como previsto no item 11.3;
f) será eliminado o candidato que: (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; ou (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;
g) será eliminado, ainda, o candidato cuja prova apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;
h) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;
i) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

3. DAS FASES DO CONCURSO

3.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 4 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 5 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 7 (sete) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Português Oral, Inglês Oral, Geografia, História, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 6 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 7 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 2.2 deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 8 abaixo.

3.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

4. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

4.1. **Data, horário e local**: dia 22 de março de 2003, às 14 horas (horário de Brasília), realizado simultaneamente em Brasília e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 2.1.2. acima. Terá a duração de 5 (cinco) horas.

Os candidatos deverão apresentar-se pelo menos 30 minutos antes do horário previsto para o início da prova, munidos do comprovante de inscrição e de cédula de identidade.

No TPS apenas será permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta.

4.2. **Características** - O TPS é prova de caráter eliminatório, composta de cem questões de múltipla escolha. Cada questão conterá cinco itens, dos quais apenas um constituirá a resposta correta. O candidato deverá marcar, para cada questão, um e apenas um item na folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

As questões versarão, em sua maior parte, sobre as disciplinas cobradas nas fases subseqüentes do Concurso, sem necessariamente se limitarem aos programas estabelecidos para as provas da Segunda e da Terceira Fases. Nas questões de Português e Inglês, avaliar-se-á, além do conhecimento dos idiomas e do uso da norma culta, a capacidade de intelecção e interpretação de textos. Também poderão constar do TPS questões de cultura geral e brasileira.

4.3. **Gabarito**: o gabarito do TPS estará disponível no dia 24 de março de 2003.

4.4. **Avaliação**: as folhas de respostas preenchidas pelos candidatos serão corrigidas por meio de processamento eletrônico. O candidato obterá um ponto para cada questão respondida acertadamente. Não pontuará nos casos de marcar a resposta incorreta, de marcar mais de um item em uma questão (ainda que um deles seja a resposta correta) ou de não marcar nenhum item.

Serão considerados aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores à do 180º colocado. Serão, portanto, convocados seis candidatos para cada vaga aberta pelo Concurso, respeitados os empates na última colocação.

4.5. **Resultados**: a nota de corte – equivalente à obtida pelo 180º classificado – será anunciada até as 18 h do dia 25 de março de 2003, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não caberá recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

4.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeito de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

5. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

5.1. **Português**

5.1.1. **Data, horário e local**: dia 5 de abril de 2003, às 9 h (horário de Brasília), na mesma cidade em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 2.4. acima. Terá a duração de 5 horas.

5.1.2. **Características** - A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 30 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 70 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

5.2. **Inglês**

5.2.1. **Data, horário e local**: dia 6 de abril de 2003, às 9 h (horário de Brasília), na mesma cidade em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

5.2.2. **Características** - A prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); e exercícios textuais (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

5.3. **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na de Inglês. O candidato que não comparecer a uma das duas provas, ou entregar uma prova em

branco, ou com qualquer forma de identificação, estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

5.4. **Resultados**: os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 h do dia 5 de maio de 2003, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia. A vista de provas em Brasília e nos Centros Regionais será permitida a partir das 9 horas de 7 de maio de 2003.

5.5. **Recursos**: os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelo próprio candidato — não se admitindo, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nas cidades de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se tiver sentido prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18 h do dia 9 de maio, em Brasília e nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 h do dia 14 de maio de 2003, na sede do IRBr, em Brasília, e mandado para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as fases seguintes do Concurso.

6. DA TERCEIRA FASE

6.1. Os candidatos que tiverem sido aprovados nas provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 4 de junho de 2003, data em que se deverão apresentar à sede do Instituto Rio Branco, e até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do Concurso.

6.2. **Local e calendário**: as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, entre os dias 5 e 22 de junho de 2003, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas, Português e Inglês, no período de 5 a 9 de junho, em grupos alternados;

b) Geografia, em 14 de junho;

c) História, em 15 de junho;

d) Noções de Direito, em 21 de junho;

e) Noções de Economia, em 22 de junho.

6.3. **Das provas orais**: nesta fase, as provas de Questões Internacionais Contemporâneas, Português e Inglês serão orais.

6.3.1. **Questões Internacionais Contemporâneas**:

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição, e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação de idéias como da capacidade de expressão verbal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 20 (vinte) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

6.3.2 **Português**:

A prova oral de Português constará de avaliação da expressão e do correto uso verbal da língua pelo candidato, quando da prova de Questões Internacionais Contemporâneas. Será feita por Banca específica de Português, que acompanhará toda a exposição e argüição do candidato pela Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas.

6.3.3. **Inglês**:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade do candidato de se expressar e de discutir adequadamente, em língua inglesa, assuntos relacionados ao texto preparado;

b) o candidato sorteará um texto e terá 20 (vinte) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

c) a argüição constará de leitura em voz alta de parte do texto selecionado, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de palavras ou frases e discussão de assuntos suscitados pelo texto.

6.3.4. **Aprovação**: será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinqüenta) em cada uma das provas.

6.3.5. **Resultados**: os resultados das provas orais serão divulgados até as 10 h do dia 10 de junho.

6.3.6. **Recursos**:

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua argüição, mas não poderá reproduzi-la em fita, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13 h do dia 11 de junho, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18 h do dia 12 de junho e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

6.3.7. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

6.4. **Das provas escritas**: nesta fase, as provas de Geografia, História, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9 h e término às 14 h;

b) serão compostas de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

6.4.1. Nas provas de Geografia e História, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

6.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a

textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

6.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinqüenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

6.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

6.4.5. Os resultados das provas de Geografia e História serão anunciados conjuntamente, às 13 horas do dia 16 de junho. Respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, os recursos poderão ser apresentados até as 18 horas do dia 18 de junho. O resultado final dessas provas será divulgado até as 18 horas do dia 20 de junho.

6.4.6. Apenas os candidatos aprovados nas provas de Geografia e História estarão habilitados a realizar as provas de Noções de Direito e Noções de Economia.

6.4.7. Os resultados das provas de Noções de Direito e Noções de Economia serão anunciados conjuntamente, às 13 horas do dia 23 de junho. Respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, os recursos poderão ser apresentados até as 18 horas do dia 25 de junho. O resultado final dessas provas será divulgado até as 18 horas do dia 26 de junho.

7. DA QUARTA FASE: EXAMES MÉDICOS E PSÍQUICOS

7.1. **Data, local e horário**: os exames serão realizados a partir do dia 23 de junho de 2003, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

7.2. **Características** - A Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria nº. 01, de 07 de fevereiro de 2001, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro do mesmo ano.

7.3. **Junta de Avaliação**: conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do

Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "habilitado" ou "inabilitado".

7.4. **Resultados**: os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 27 de junho de 2003.

7.5. **Recursos**: o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, até as 13 horas do dia 30 de junho, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo final, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível.

7.6. **Resultados finais**: O resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até as 13 h do dia 1º de julho de 2003.

8. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

8.1. **Data, horário e local**: dia 1º de julho de 2003, às 15 h, na sede do IRBr, em Brasília.

8.2. **Matrícula**: a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

a) três fotos 3x4;

b) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor (iv), comprovante de votação atualizado ou documento equivalente, (v) diploma ou certificado de conclusão, até 20 de junho de 2003, de curso superior de graduação, devidamente reconhecido e registrado pela instituição brasileira competente conforme previsto pela Lei de Diretrizes de Base de 1996 (Lei nº 9.394).

8.3. Os candidatos casados deverão apresentar, adicionalmente, certidão de casamento, formulário de dados pessoais e uma foto 3x4 do cônjuge. Se o cônjuge for estrangeiro, deverá ser cumprida a exigência de que trata o item 2.3 deste Edital.

8.4 O não cumprimento de qualquer dos requisitos acima acarretará a eliminação do candidato no Concurso.

9. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

9.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

9.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

9.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até as 14 h do dia 04 de julho de 2003, na sede do IRBr.

10. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

10.1. **Da nomeação**: Os candidatos aprovados no resultado final do Concurso serão nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 83.940, de 14 de agosto de 1979, publicado no Diário Oficial da União.

10.2. **Da posse**: Uma vez nomeados, os candidatos aprovados no resultado final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

10.3. **Do exercício**: O Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 2.6 acima.

11.2 É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) da Terceira à Quinta Fases do Concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado para a Primeira e Segunda Fases.

11.3 É assegurado à mãe lactante, durante a realização das provas, local reservado para amamentação, caso manifeste tal necessidade no campo específico do formulário de inscrição. A candidata deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela criança durante o horário de realização de cada prova.

11.4. **Identificação e Divulgação dos Resultados**:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

11.5. **Aceitação das Normas do Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
Diretor

Programas
Bibliografias
Orientação para estudo
Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção
Português
Inglês
Questões Internacionais Contemporâneas
Geografia
História
Noções de Direito
Noções de Economia

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

Por sua peculiaridade dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, o Teste de Pré-Seleção (TPS) exige um comentário especial.

Trata-se, como o nome indica, de prova preliminar, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de questões de múltipla escolha possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, o que constitui, para o Instituto Rio Branco, questão de princípio. Em 2002, por exemplo, inscreveram-se 3113 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios de qualidade do Instituto Rio Branco.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnam condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS pretende colocar todos os candidatos, qualquer que seja sua procedência, em condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes de todo o país.

As questões do TPS versarão majoritariamente sobre as disciplinas que serão objeto de exame nas fases subseqüentes do Concurso, sem se limitar aos programas descritos neste Guia de Estudos. Tenderão a explorar aspectos fundamentais e conhecimentos relevantes de cada matéria, privilegiando a capacidade de raciocínio do candidato, e não apenas o conhecimento memorizado. Dentre as disciplinas avaliadas, o Português e o Inglês terão destaque especial. Além do conhecimento da norma culta da Língua Portuguesa, se buscará aferir as habilidades de compreensão e interpretação de textos.

Uma parcela das questões, entretanto, abrangerá noções de cultura geral e de cultura brasileira, que não se restringem às disciplinas que constituem o restante das provas do Concurso. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). O fato de o TPS conter questões menos previsíveis do que as das fases seguintes não é casual: esse teste procura avaliar também a sedimentação de conhecimentos direta ou indiretamente relevantes para o exercício da profissão de diplomata. Embora finita, essa gama de conhecimentos possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo.

Para compreender com clareza a finalidade da avaliação desse tipo de conhecimento no TPS, deve-se levar em conta sua utilidade para o exercício proficiente da função diplomática. Para o diplomata, o domínio da linguagem é essencial. Ele deve estar preparado para compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e para produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato também no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas.

Esse tipo de conhecimento é também valioso do ponto de vista positivo. Isto é, sua posse produz vantagens consideráveis para o diplomata, por se tratar de profissional cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais mensagens subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um saber abrangente auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente amena é, na verdade, obter informação privilegiada ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS comportará, portanto, ao lado de avaliação referente às disciplinas objeto das fases posteriores, questões relativas a um campo de conhecimento mais vasto, para o qual não se pode indicar publicação preparatória específica, uma vez que esse saber, tão funcional para o exercício da Diplomacia, deve estar consolidado na memória do seu portador, fruto de vivência pessoal e intelectual, não programável ou controlável.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 30 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 70 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.

2. Intelecção e produção de textos: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, na modalidade escrita, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.

3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.

4. Noções de estilística.

Bibliografia:

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, Pontuação e Crase*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PENTEADO, J. R. Whitaker. *A Técnica da Comunicação Humana*. 8. Ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato – Português*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Orientação para estudo

No exame de Português, afere-se a capacidade do candidato de inteligir, isto é, ler, compreender e criticar textos escritos pertencentes aos diversos registros da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova requer o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação aos textos originais, que lhe servirão de base.

A capacidade de avaliação e a criatividade - esta última com significativo relevo - são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato deverá escrever um pequeno ensaio, no qual procurará revelar, com fluência e adequação, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias encontradas nos textos-base reproduzidos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato evidenciará pleno domínio da modalidade escrita em norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

Exemplo de prova

Questão 1:

A partir das citações abaixo transcritas, discuta o tema da identidade nacional e analise seus possíveis desdobramentos no processo de inserção internacional do Brasil.

Extensão: de 450 a 600 palavras. Valor: 70 pontos.

O mito de uma América Latina não-ocidental, em particular, mais parece obra de uma estratégia de recusa alimentada por ressentimento – recusa de algo que nos esforçamos para obter e, contudo, sempre fracassamos em alcançar, a saber, um lugar e uma parcela do mundo moderno, liberal e democrático. Em suma, um universo identificado com o Ocidente. Parece que perdemos o trem da história e, em conseqüência, reagimos desprezando a modernidade. Ame-a ou deixe-a...

Todavia, a América Latina é obviamente parte do Ocidente. Nós não somos a antítese do Ocidente e muito menos uma alternativa à sua cultura. Como Jorge Luis Borges uma vez me disse – e que somente em parte era piada – nós, latino-americanos, somos os únicos verdadeiramente europeus, já que os próprios são, primeiramente e sobretudo, franceses ou ingleses, alemães ou italianos, espanhóis ou russos... Para falar com seriedade: nossa maneira pertinaz e específica de desejar a modernidade simplesmente reflete nossa filiação ao Ocidente. De fato, somos uma modificação e uma modulação original e vasta da cultura ocidental. Mas isto a Ibéria sempre foi: um caso muito peculiar do Ocidente, porém de forma alguma uma aberração. A Ibéria sempre foi uma faceta especial da Hespéria – e assim somos nós, criaturas da Ibéria e gênios da mistura étnica e cultural.

Nascida da ambição desmesurada da Europa, a América tem sido também a encarnação, não importa se parcialmente, de várias de suas utopias, humanas e sociais. Quando o jovem Bolívar, de cima de um monte em Roma, jurou libertar a América Latina, ele expressou a esperança de que a liberdade, muitas vezes vencida na Europa, fosse vitoriosa no Novo Mundo e desse curso à civilização, cuja marcha está sempre direcionada para o oeste. Como Hegel, Bolívar abraçava o mito heliodrômico: a crença na idéia de que a civilização, como o sol, caminha para o Ocidente.

O ensaísta espanhol Luis Díez del Corral recordou de maneira admirável outro mito, o rapto de Europa. Em seu livro, que leva este título, Díez del Corral pondera sobre como povos não ocidentais atravessaram nosso século "roubando" a cultura moderna do Ocidente. Um certo grupo de países em desenvolvimento, porém, não precisa "roubar" o Ocidente pelo simples fato de já pertencer ao Oci-

dente. Eles formam a América Latina, o outro Ocidente: mais pobre, e mais enigmático; um Ocidente problemático, mas não menos Ocidente, como o comprovam a linguagem, os valores, e as crenças de suas sociedades. Sociedades que não estão muito distantes, no que se refere aos diversos níveis de desenvolvimento, daquelas da Europa do Sul, a quem ninguém ousaria considerar menos ocidentais.

José Guilherme Merquior, "O Outro Ocidente"

A Espanha e Portugal são, com a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário.

Foi a partir da época dos grandes descobrimentos marítimos que os dois países entraram mais decididamente no coro europeu. Esse ingresso tardio deveria repercutir intensamente em seus destinos, determinando muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual. Surgiu, assim, um tipo de sociedade que se desenvolveria, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres européias, e sem delas receber qualquer incitamento que já não trouxesse em germe.

Quais os fundamentos em que assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pireneus a Gilhraltar? Como explicar muitas daquelas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estrita objetividade?

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*

Em entrevista a um jornal carioca, *A Noite*, publicada em dezembro de 1925, o autor de *Macunaíma* [Mário de Andrade] constata, repondo o "lá" e o "cá" nos seus devidos lugares: "O modernista brasileiro matou a saudade pela Europa, a saudade pelos gênios, pelos ideais, pelo passado, pelo futuro, e só sente saudade da amada, do amigo..." Para Mário, a melancolia da separação só é passível de ser cultivada no cipoal das relações pessoais. Fora disso, traduz o "desacomodamento" do brasileiro com a realidade ambiente. Daí, segundo Mário, a necessidade que o jovem brasileiro tem de "sentir e viver o Brasil não só na sua realidade física mas na sua emotividade histórica também." Mário estava dando os primeiros passos na longa caminhada de "abrasileiramento do Brasil".

Silviano Santiago, *Introdução a Intérpretes do Brasil.*

Exemplo de redação

Andrei dos Santos Cunha (63/70)

Igualmente louvado pelo tom profético e ridicularizado pela falta de rigor metodológico, o Choque das Civilizações, de Samuel Huntington, propõe o desmembramento do globo em culturas estanques e, em última análise, antagônicas e irreconciliáveis. Em seu modelo de mundo dividido, os Estados Unidos e o oeste da Europa figuram como o Ocidente, indivisível e único; a América Latina, deixada de fora, ganha a posição ambígua de unidade civilizacional à parte.

Já se argumentou que a classificação de Huntington tem objetivos extra-acadêmicos: agrupar estadunidenses e europeus (à exclusão de latino-americanos) em uma região serviria de mote para um conservador norte-americano defender certa concepção da OTAN e encontrar-lhe uma raison d'être. O postulado, no entanto, é útil, porque põe a nu duas questões importantes: não seria o Ocidente uma construção, que pode ser utilizada ora para justificar esta, ora aquela agenda política? E de onde vem o mal-estar sentido por muitos latino-americanos, quando chamados a definir nossa ocidentalidade, de que duvidamos tanto quanto o fazem aqueles de nos observam de fora?

Esta constante necessidade de justificar nosso parentesco cultural com um continente-matriz tem raízes históricas no processo de formação do Estado-nação durante o século XIX. Ao renunciar à centralidade do conceito de sucessão dinástica como pólo unificador de uma sociedade sob governo temporal, as nações européias tiveram de substituí-lo por uma idéia que desse igual gravidade ao exercício do poder: daí a proliferação de tentativas de definir raça, povo, pátria. O historicismo da época encarregou-se de criar uma ilusão de profundidade cronológica para a experiência nacional que, ao ser transplantada para a América Latina, revelou-se mais difícil de ser encenada. Por contraste, parecíamos exemplos menos acabados de nação, heterogêneos étnica e culturalmente.

Ora, toda nação européia é tão heteróclita, lingüística, cultural e socialmente, quanto a mais heterogênea das sociedades latino-americanas – apenas o discurso de justificação do Estado-nação europeu teve maior sucesso em dar a impressão de homogeneidade. Nesse sentido, a França é o resultado de uma determinada vontade política e engenharia social, não menos do que a União Européia, ou o Brasil.

A essa náusea do latino-americano com relação ao passado vem somar-se uma sensação de exclusão com relação ao futuro. Desde a Revolução Industrial, aqueles que escrevem a história parecem insistir em que o sistema capitalista e a modernização dos meios de produção só poderiam ter surgido em uma determinada sociedade, o Ocidente, de que a América Latina, atrasada tecnológica e economicamente, não poderia fazer parte.

O Ocidente, no entanto, não existe. Não no mesmo sentido em que dizemos que uma pedra existe. Ele só pode ser definido a partir daquilo que ele não é, e os critérios admitem infinitas variações. Com relação a método, língua, percepção do mundo, é inevitável afirmar que o mais próximo que temos é o "Ocidente" de Huntington; ou, como o definia Charles de Gaulle, por

Instituto Rio Branco/MRE

exemplo, as nações cristãs agrupadas em torno do Atlântico (mas onde ponos a Austrália?).

Resta saber se é útil definir identidade nacional em termos de parentesco cultural, étnico, histórico. A busca de semelhantes parece ter por subtexto uma vontade de aproximar-se mais de uns do que de outros e de justificar alianças com "afinidades" que, no final das contas, são tão artificiais quanto o mais comercial dos tratados.

Parentesco civilizacional não pode ser utilizado para fundamentar política externa. Ao menos, não se deve deixar que identidade nacional dê legitimidade ao concerto de interesses, a não ser em casos extremos, como em guerras étnicas ou de religião, ou no campo da mera retórica, como no texto de Huntington.

Questão 2:

Elabore um resumo do texto abaixo, de 200 a 250 palavras (valor: 30 pontos). A passagem reproduz o trecho inicial do ensaio "As idéias fora do lugar", de Roberto Schwartz:

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato "impolítico e abominável" da escravidão.

Este argumento – resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis – põe fora o Brasil do sistema da ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral, "impolítico e abominável". Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as Luzes, o Progresso, a Humanidade etc. Para as artes, Nabuco expressa um sentimento comparável quando protesta contra o assunto escravo no teatro de Alencar: "Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro!". Outros autores naturalmente fizeram o raciocínio inverso. Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis. "Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz".

Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas idéias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos. Sumariamente está montada

uma comédia ideológica, diferente da européia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do favor. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência – mas nem só disso vivem as idéias. Refletindo em direção parecida, Sérgio Buarque observa: "Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra". Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Freqüentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso.

Embora sejam lugar-comum em nossa historiografia, as razões desse quadro foram pouco estudadas em seus efeitos. Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Mais ou menos diretamente, vêm daí as singularidades que expusemos. Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada.

A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão, e seus defensores, e o que é mais, viver com eles.

(...)

Exemplo de resumo

Marcos Henrique Sperandio (30/30)

No trecho inicial do ensaio "As idéias fora do lugar", Roberto Schwartz sublinha as diferenças entre princípios e realidade na interpretação do Brasil.

De início, o autor descreve o embate entre duas correntes ideológicas que procuraram analisar a sociedade brasileira. A primeira corrente, a liberal, excluía o país do sistema da ciência. A presença da escravidão, por exemplo, contrariava um dos princípios da Economia Política, o do trabalho livre. A segunda corrente, porém, privilegiava a realidade sobre os princípios. A conjuntura brasileira não poderia ser analisada por princípios liberais, já que os mesmos não se referiam à realidade do país.

Em seguida, Schwartz sublinha que ambas as correntes expressavam as diferenças entre a realidade brasileira escravista e o liberalismo europeu. O autor ressalta que, mesmo na Europa, valores tidos como universais – liberdade do trabalho, por exemplo – não refletiam a realidade. Schwartz cita Sérgio Buarque de Holanda ao apontar a recepção de valores e instituições estrangeiras pela sociedade brasileira.

Por fim, o autor adverte para a ausência de estudos sobre a dicotomia existente entre a sociedade agrária brasileira e o mercado externo. Schwartz aponta, também, o antagonismo entre o ideário liberal que motivou a Independência e a realidade expressa pela escravidão.

Orientação para o exame de expressão oral em língua portuguesa

Juntamente com a prova de Questões Internacionais Contemporâneas, a ser realizada na Terceira Fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, os candidatos serão submetidos a exame de expressão oral em língua portuguesa.

Para tal, outros três examinadores, além dos integrantes da banca de *Questões Internacionais Contemporâneas*, participarão do processo de avaliação. Observe-se que a banca de expressão oral em língua portuguesa não atuará de forma ativa no processo de argüição dos candidatos.

Os critérios de avaliação são:

1. Elocução: grupos de força (sentido), entonação (inflexão, modulação), mímica (gesticulação e expressões faciais e corporais) – 10 pontos

2. Características vocais: articulação dos sons, velocidade da fala, volume da voz – 10 pontos

3. Correção gramatical: uso da modalidade falada da norma culta da língua portuguesa – 15 pontos

4. Qualidade da linguagem: riqueza vocabular, precisão, contemporaneidade, ausência de vícios de linguagem – 15 pontos

5. Registro lingüístico: adequação da linguagem ao contexto comunicativo – 10 pontos

6. Organização lógica do pensamento: planejamento, coerência interna, clareza – 20 pontos

7. Coesão do texto falado: conectividade e outros mecanismos de construção da exposição – 10 pontos

8. Capacidade de síntese: adequação ao tempo, economia lingüística (concisão) – 10 pontos

INGLÊS

The English exam consists of three sections: composition on a non-specialist topic, 350 to 450 words in length (50 marks); translation into English of one or more texts (30 marks); and text based exercises, which may include a summary, alteration of register and blank-filling and for coplacement of words or phraces (20 marks).

Bibliography:

The growing and widespread use of the Internet has made it possible to gain access to a vast array of content in English. In preparing for the exam, candidates are strongly recommended to use this tool to consult high-standard daily and weekly press publications, such as *The Times, The Washington Post, The Financial Times, The Economist* and *Time*. Many such publications are also available in printed form in Brazil.

Basic reference works:

English dictionaries:

THE LONGMAN Dictionary of Contemporary English. London: Longman.
THE OXFORD Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: Oxford University Press.
WEBSTER'S Collegiate Dictionary. New York: BD&L.
THE RANDOM HOUSE College Dictionary. New York: Random House.
LANGUAGE Activator. London: Longman.
ROGET'S Thesaurus. London: Longman.
COLLINS Cobuild English Language Dictionary. London: Collins.

Bilingual dictionaries:

CAMBRIDGE Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
DICIONÁRIO Português-Inglês. Porto: Porto Editora.
NOVO MICHAELIS: Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo: Melhoramentos.
TAYLOR, J. L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro: Record.

Grammar, Usage, etc.:

BENSON, M. *et alii.. The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations*. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins.
COLLINS Cobuild English Usage. London: Harper Collins.
CUTTS, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.
FRANK, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs, Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)
LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Communicative Grammar of English*. London: Longman.
HILL, J.; LEWIS, M. (eds.) *LTP Dictionary of Selected Collocations*. Hove: Language Teaching Publications.
SANTOS, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo: Cultrix.
SWAN, M. *A Practical English Usage*. Oxford: Oxford University Press.
THOMPSON, A.J.; MARTINET, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

Larger reference works:

COMPREHENSIVE Grammar of the English Language. London: Longman.
OXFORD English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.
THE RANDOM HOUSE Dictionary of the English Language. New York: Random House.
WEBSTER'S Third International Dictionary. New York: BD&L.

Other resources:

WALKER, Sara Burkitt. *Candidate's Handbook*: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Electronic sources

There is a wealth of dictionaries, glossaries and thesauruses available in electronic format on the Internet. A useful starting point is:

http://www.yourdictionary.com

Guidelines for study:

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One point is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:

(1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;

(2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and

(3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be penalised.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes (including punctuation) and spelling.

Text-based exercises (20 marks)

The examiners assess ability to work with transformation and adaptation of texts in the English language. Aspects observed in this section of the exam include ability to summarise and think logically, command of grammar, vocabulary, usage, register and appropriacy.

Compositions set in recent years

1996

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

(Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace."

(John F. Kennedy)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

"The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth."

(Aldous Huxley)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999)

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

Simone Weil *in*: W.H. Auden, *A Certain World*. 1971

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, **comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.**

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

Sample composition

Lilian Cristina Burlamaqui Duarte

The word in print has been with us but a few centuries, and already many claim it is doomed. Digital technologies, with their dazzling imagery and time-saving promises, are likely to produce a revolution in the concept and role of language and communication, affecting different levels of everyday life. For those who regard this transition with concern there is, however, the comfort of witnessing the renewal of interest in books and other forms of written language. We may simply be on the verge of a breakthrough that will combine traditional and modern technologies into new forms of social practices.

Modern technologies have brought not the end of history, but the end of geography. Personal stories can be told, filmed, transmitted and finally woven into history as popular discourse and as a unifying experience. The teenager in India has more in common with his counterpart in Britain or in Brazil than with the inhabitants of his own village. Nowadays, not only do we see world crises in real time, but also it is possible to mobilize activists all over the planet in the subsequent moments.

Doomsayers regard all this with disgust. They criticize the progressive crumbling of the traditional pillars of clear thinking – logic, imagination and memory. These abilities, they state, have supported Western achievements in science, literature and the arts. In a few years, they affirm,

even the educated man will have lost his powers of expression: the imagination will have been crushed by an astounding amount of unprocessed information and images received on a daily basis; language will be reduced to fragments, probably of psychobabble or of clichés. Does this negative forecast withstand the examination of everyday facts?

Printed materials are not another endangered species, and those who believed computer technology would nearly eliminate the need for printing have been proved wrong. Naturally, the quality of what is being printed may be questioned, but not the demand for it. Statistics reveal there are more books being published today than ever before, and bookstores are proliferating everywhere. Indeed, they maybe an update version of the old, dusty and musty bookshop, but, cappuccinos not withstanding, the aisles are always crowded. The new stores offer traditional and new technologies and have wide consumer appeal.

If Proust was right and, in order to find new landscapes we must find new eyes, the controversy surrounding language and modern technologies can help us appreciate the complexity of the present moment and help us seek alternative paths in education, quality of life and in dealing with the emergence of oral cultures that encompass not a village, but large parts of the globe.

Sample translations.

Translation (Value: 15 marks each)

Translate the following passages into English:

Text A

As representações de animais na Idade da Pedra constituem uma das mais antigas manifestações artísticas de que se tem notícia e, sem dúvida, o fenômeno mais extraordinário de toda a história da arte. Datando de muitos milhares de anos antes da era cristã, esta arte, que tem seus focos principais em cavernas da Espanha e da França, caracteriza-se: a) por uma fidelidade linear à natureza, conseguida por técnica impressionista; b) pelo virtuosismo na captura dos gestos, atitudes e movimentos do homem e do animal; c) enfim, por uma extrema maestria em fornecer a impressão ótica final. Toda a atenção do artista se concentra nos elementos essenciais, desprezando detalhes desnecessários, e as figuras são admiravelmente realizadas em perspectiva. A técnica é mais a da pintura, uma vez que o artista trabalha com espaços e não com linhas, utilizando-se da cor: preto, vermelho e castanho. A espantosa perícia destas obras demonstra a existência, já neste período, de especialistas da arte figurativa.

Adaptado de *O Baile das Quatro Artes*, de Gilda de Mello e Souza.

Diogenes Borges da Silva Neto (14,5/15)

The representation of animals in the Stone Age constitutes one of the most ancient artistic manifestations ever heard of and, undoubtedly, the most amazing phenomenon in the whole history of art. Dating back to thousands of years before the Christian era, this art, whose main spots are in caves in Spain and in France, is characterized: a) by a linear fidelity to nature, achieved by means of impressionist technique; b) by the highly developed ability to capture the gestures, actions and movements of man and animal; c) by the extreme mastery in giving the final optical impression. All the attention of the artist concentrates on the essential elements, leaving aside unnecessary details, and the figures are magnificently drawn in perspective. The technique is closer to painting, since the artist works with space and not with lines, using colours: black, red and brown. The amazing skill of these works demonstrates the existence, already in this period, of specialists in figurative art.

Text B

Lembro-me de uma história — história que inventei, mas que nem por isso deixa de ser verdadeira. Era um marinheiro dinamarquês, no porto do Rio de Janeiro por uma noite apenas. Saíra pela cidade desconhecida, de bar em bar, e vinha voltando solitário e bêbado pela madrugada, quando se deu o milagre: nas águas sujas do canal, viu refletida uma claridade difusa — ergueu os olhos e viu que as nuvens se haviam rasgado no céu, e o Cristo surgira para ele, braços abertos, em todo o seu divino esplendor. Fulminado pela visão, caiu de joelhos e chorou de arrependimento pela vida de pecado que levara até então. De volta à sua terra, converteu-se, tornou-se místico, acabou num convento. E anos mais tarde, depois de uma vida inteira dedicada a Deus, o monge recebe a visita de um brasileiro. Aquele homem era da cidade em que se dera o milagre da sua conversão.

O que o senhor viu foi a estátua do Corcovado — explicou o carioca.

Não diz a história se o religioso deixou de sê-lo, por causa da prosaica revelação. Não diz, porque me eximo de acrescentar que, na realidade, depois de viver tanto tempo uma crença construída sobre o equívoco, este equívoco passava a ser mesmo um milagre, como tudo mais nesta vida.

Adaptado de "A Lua Quadrada de Londres", de Fernando Sabino

Paulo José Chiarelli V. de Azevedo (13,5/15)

I remember a story – one I made up, but which is nonetheless true – about a Danish sailor in port for only one night in Rio de Janeiro. After a night out in the unknown city going from bar

to bar, he was returning, drunk and lonesome, in the wee hours of the morning, when a miracle befell him. A diffuse light reflected off the canal's dirty waters. Raising his eyes to the sky, he saw Christ, arms open, in all His divine splendor, through the breaking clouds. Stricken by the vision, he fell to his knees and wept in repentance for the sinful life he had led until then. Back to his country, he decided he'd become a man of God and ended up joining a monastery. After many years and a lifetime devoted to God, the work received a visitor from Brazil. That man came from the city where his conversion had taken place.

"What you saw was the Corcovado Statue," clarified the "carioca".

The story does not tell whether or not the monk kept to his religious lifestyle after that prosaic revelation. It doesn't tell because I refuse to add that, in truth, after living for such a long time a belief built on a mistake, this mistake actually became a miracle, as everything else in life.

Sample text-base exercises

1 - Text-Based Exercises (Value: 20 marks)

Read the text by **Aidan Mathews** and complete the exercises on the attached sheet:

Writing the Light: Ten thoughts about literature and photography

It's late now, almost dark outside in the midsummer garden, and I'm sitting (1) _____ the sound of birdsong at this hour, imagine, with a friend (2) _____ husband died the day before on a respirator in the ICU of a general hospital. We're looking at scrapbook photographs of the man, seated together on the sofa, closer than convention ordinarily allows, poring at greater length than custom requires (3) _____ this picture and that, some of them formal, some fussy, some suddenly legible for the first time, but all of them altered irreversibly now by the presence of his absence, the compelling finality of this disappearance in these shuffled apparitions. It will all end up in a book, they say. Actually, it all ends up in a photo-album. The (4) _____ chime. Watches tick. Ice (5) _____ in a glass from the heat of the hand holding it. This is the silence of vigil, the speechless small hours.

Yet images are borne; images are bearable. This black and white procession is an orderly retreat from the confusion of life. The same man at different ages and stages, the same smile, the same tooth, the same tendency to blink at the flash whether in the serrated hand-coloured display cards of his infancy or in the open-mouthed Polaroids of a later partytime. It is all peculiarly comforting and consoling.

When the phone rings on the low table across the room, neither of us thinks

in time to get up, to go over, to intercept the atrocity of what must happen next, happen now, as the second ring stops short and the automatic message-minder trips into action. 'This is Jack speaking. I'm afraid I'm not able to talk to you now. Leave your name and number and I shall return your call.'

'Sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt.' If, as Virgil tells us, there are things in this world which lie beyond heartbreak, beyond the wound of the mouth and the seepage of the eye, one of them must surely be the voice of a dead man calling us, his breath in the bronchitic syllables, the hydraulic lungs. And here, on the borderlands of being, where a foetus flinches sooner at sound than at shadow, there is no uncertainty: human presence is more powerful as audition than as spectacle, more visible as language than as image. It is the Hebraic love of orality and not the Hellenic delight in the retina which triumphs.

Thomaz Diniz Guedes

a) Fill in the blanks in paragraph one with a single word.

(1) *To* (2) *Whose* (3) *Over*
(4) *Bells* (5) *Melts*

(Value: 5 marks)

b) Replace the underlined words and phrases in paragraph three with suitable substitutes (words or phrases) in the context.

In Time - Fast Brought
Atrocity - Cruelty
Stops Short - Is Interrupted
Trips Into Action - Starts To Function
Return Your Call - Call You Back

(Value: 5 marks)

c) Summarise the text in your own words in the space below (maximum 200 words).

(Value 10 marks)

It is almost dark, and the author is sitting outside, in the summer garden, with a friend who has just lost her husband. They are looking at old photographs, reminiscing about the deceased and reflecting upon the finality of death. The man is shown in the pictures at different times of his life there is a stillness in the air.

Suddenly, the phone rings, and both of them are unable to prevent the answering machine from clicking on – with the recording of the dead man's voice. He declares he will call back – which only brings more grief. The author concludes on a philosophical and spiritual note, asserting that the man's voice had a more powerful effect on them than the images they had just been contemplating.

Guidelines for the Oral Exam

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be **allocated as follows:**

I - FLUENCY	Pronunciation, Intonation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	**30**
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	**30**
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	**40**
	TOTAL:	**100**

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A banca examinadora considerará em sua avaliação os seguintes quesitos:

a) o tratamento do tema sorteado que privilegie sua análise à luz da realidade e dos interesses brasileiros;
b) a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema;
c) a estrutura da exposição, a precisão conceitual, a capacidade de situar o tema e indicar suas diferentes dimensões;
d) a articulação de idéias e a capacidade de expressão verbal do candidato.

O candidato sorteará três pontos e terá 20 (vinte) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br, no item "Discursos").

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.
2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.

4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.

5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.

6. Os temas da agenda global: os direitos humanos

7. Os temas da agenda global: o terrorismo e o narcotráfico.

8. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.

9. O entorno regional. Mercosul.

10. O entorno regional. A integração hemisférica.

11. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.

12. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.

13. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.

14. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).

15. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).

16. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.

17. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.

18. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.

19. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.

20. Relações Brasil-África e países específicos da região.

21. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.

22. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.

23. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.

24. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.

25. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.

26. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.

27. A diplomacia presidencial.

28. A diplomacia consular.

29. A relação entre a política interna e a política externa.

30. A diplomacia federativa.

31. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.

32. A diplomacia pública e parlamentar.

33. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.

34. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.

35. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. 2. ed. Brasília: EdUnB/FUNAG, 1986.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: Memórias*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CASTAÑEDA, Jorge. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CERVO, Amado Luiz (organizador). *O Desafio Internacional*. Brasília: EdUnB, 1994.

CORREIA, Luiz Felipe de Seixas. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*. Brasília: FUNAG, 1995.

EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K.; PUTNAM, Robert D. (editors). *Double Edged Diplomacy*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1993.

FLORÊNCIO, Sergio A. L.; ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

FONSECA Jr, Gelson. *A Legitimidade e outras Questões Internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FONSECA Jr, Gelson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra; Brasília: FUNAG, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Collindale, Delaware: Diane, 1998.

LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: A Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*. Brasília: FUNAG, 1998. (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).

MCGREW, Antony; HELD, David. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato: Questões Internacionais Contemporâneas*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2000.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The struggle for power and peace*. 6. ed. New York: Mc-Graw-Hill,1985.
PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva*. Brasília: FUNAG, 1998. (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco).
QUEIRÓS MATOSSO, Kátia de; MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idelette; ROLLAND, Denis. *Le Brésil, l'Europe et les Équilibres Internationaux*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbone, 1999.
RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
WEISS, Th. G.; FORSYTHE, D.P. ; COATE, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*. 3. ed. San Francisco: Westview, 2000.

b) Artigos

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", *in Política Externa*, vol 3. nº 3. 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada, sugere-se a leitura de:
- livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.
CORRÊA JUNIOR, Manoel Pio. *O Mundo em que Vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.
LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: Palavras, Contexto e Razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos: 10 anos de Agenda Internacional (1985-1995)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);
- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs (www.foreign.affairs.org/)* e *Política Externa* (Paz e Terra: São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional, consta nos sites:* www.relnet.com.br e www.usp.br/relint/ (USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional (IRI/PUC-Rio), Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)* e a revista *Parcerias Estratégicas*, publicada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.
2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.
3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.
3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.
3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.
3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.
4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.
4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.
4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.
4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.
4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do Candidato: Geografia*. 2. ed. FUNAG: Brasília, 2000.
BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
CASTRO, Iná Elias *et alli*. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
GREGORY, Derek *et alli*. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alli*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995
CAVALCANTI, Clóvis *et alli*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992.
DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
LAVINAS, Lena *et alli*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
_____. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
_____. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002
SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.
_____. *et alii. Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
SCARLATO, Francisco C. *et alii. Globalização e Espaço Latino-Americano*, São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
SOUZA, Maria Adélia A. *et alii. Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*. 3.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997.
WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

As chamadas "macrorregiões" do IBGE expressam, inegavelmente, um conceito de região afinado à ideologia nacional-desenvolvimentista. A "reestruturação produtiva" da última década afetou seriamente aquele modelo. Qual é o conceito que tenta dar conta dessa "nova regionalização" e como ele pode ser justificado?

Cláudia Angélica Vasques Silva (20/20)

A "nova regionalização" surge em função do conceito de eixos de desenvolvimento, que, a fim de implantar a reestruturação produtiva necessária em face da revolução técno-científica e da aceleração contemporânea característica do processo de globalização, trata de dividir o território em unidades menores para organizar melhor o processo produtivo levando em consideração especialmente o tripé estrutural: energia, transportes e comunicações.

A configuração macrorregional, estabelecida em 1941, durante o Estado Novo (regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste) foi modificada em 1969 em pleno regime de exceção. Já essa modificação – a criação da Região Sudeste – indicava uma tentativa de organizar o território em relação à produção, uma vez que o Sudeste agrupava e ainda agrupa as unidades da federação de maior desenvolvimento industrial.

As macrorregiões do IBGE, tanto em sua configuração atual, como na prévia, faziam (e

fazem) coincidir os limites das regiões com os das unidades da federação. No passado, a criação de organismos governamentais como SUDENE, SUDAM e PÓLONORDESTE procurou desenvolver as regiões sob jurisdição mediante projetos de desenvolvimento localizados e não interrelacionados. O fracasso dessas iniciativas bem como o esgotamento do modelo desenvolvimentista, adicionados à necessidade premente de inserção na economia-mundo, fez surgir o conceito de eixos de desenvolvimento, pelos quais as subdivisões do território passam a obedecer a variáveis como o desenvolvimento sustentável e a possibilidade de viabilização de uma malha de transportes multimodal (para otimização dos custos, diminuição do impacto ambiental e escoamento da produção), de investimentos em telecomunicações e produção de energia.

O conceito de eixos de desenvolvimento deriva do conceito de pólos de desenvolvimento de Perroux . Os eixos, ao contrário dos pólos, são definidos tendo em vista a conectividade entre os mesmos.

No Brasil, o PPA (Plano Plurianual) prevê a articulação dos seguintes eixos: Região Norte: Arco-Norte e Madeira-Amazonas; Região Nordeste: Transnordestino e São Francisco; Região Sudeste: Rede Sudeste; Região Centro-Oeste: Araguaia-Tocantins e Oeste; e Região Sul: eixo Sul. Tal iniciativa de planejamento espacial prevê a construção de rodovias, hidrovias e ferrovias, além da de linhas de transmissão, usinas hidrelétricas e termelétricas (até 2020 pretende-se que o gás natural perfaça 20% da matriz energética brasileira), além da extensão e melhoria da rede de telecomunicações.

Desse modo, a "reestruturação produtiva" por intermédio dos eixos privilegia o estabelecimento de conexões entre os mesmos, no âmbito nacional, bem como entre outras áreas do globo. Vale mencionar ainda que os países da América do Sul já estabeleceram plano semelhante de desenvolver eixos e que a fase de viabilização de corredores de transporte já está em curso.

Questão 2

A expansão da sojicultura pelo Centro-Oeste brasileiro deveu-se à combinação de dois fatores: um de natureza tecnológica e outro de natureza geopolítica. Mencione-os, procurando estabelecer a correlação entre ambos.

Giorgio Erick Sinedino de Araújo (20/20)

Introdução: A soja chega ao Brasil por meio de imigrantes japoneses, sendo seu cultivo então restrito ao sul do país, sobretudo no Paraná. Sendo um produto muito rentável, pela diversidade de suas formas de beneficiamento (farelo, leite, carne; e formas industriais como tintas, vernizes, fibras, lecitina), a soja deixa de ser uma cultura de "descanso" para se tornar base. As décadas de 1970 e 1980 correspondem ao início de um ciclo de expansão constante, que levaria a cultura ao Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Sul do Maranhão, Norte da Bahia, sem falar nos agricultores brasileiros que cruzaram os limites do país, ocupando e produzindo no Paraguai e Bolívia.

Omiti propositadamente o tema da expansão do cultivo de soja no cerrado, porque é exatamente disso que trata a questão.

O cerrado é um domínio morfoclimático em que predomina vegetação baixa e rasteira, arbustiva. O clima é tropical típico, com duas estações definidas – inverno seco e verão chuvoso. Devido ao clima, os solos são ácidos e geralmente inférteis. Ácidos porque no inverno (isto é, exceto pelos meses chuvosos) a evaporação é maior que a precipitação, o que influencia na concentração de metais como alumínio. Inférteis porque, na época das chuvas, ao invés de haver renovação dos solos, há "lavagem" dos nutrientes – tamanho o volume da precipitação.

Portanto, o cerrado era ambiente inóspito para a cultura de soja.

Este problema somente foi solucionado pelo desenvolvimento de técnicas de tratamento do solo, desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), consistindo, essencialmente, na correção do pH do solo através da adição de cálcio (calcário).

Devido à possibilidade de ocupação do Cerrado, associada a incentivos e financiamentos, o Centro-Oeste tornou-se a região maior produtora de soja nos anos 1990.

O projeto de viabilização do cerrado pode ser apontado como caso clássico de indução econômica pelo Estado. Subjacente a ela está um projeto geopolítico de "ocupação dos espaços vazios", derivado das teorias e técnicas de gestão da ESG, normalmente transplantes de idéias norte-americanas análogas (só que aplicadas segundo um princípio nacionalista). Este princípio deve ser revisto num contexto mais amplo que abrange não apenas as gestões militares, mas também todo o período pós-II Guerra Mundial até a redemocratização. Exemplos desse princípio, cobrindo o espectro temporal assinalado, são a campanha de nacionalização do petróleo, em 1953 (no caso, em "espaço vazio" econômico), a construção de Brasília em 1960 (a "meta-síntese", que, ainda no jargão do plano de metas, se pretendia "ponto de germinação" de novas iniciativas econômicas e territoriais – o uso do termo "território" é aqui claramente geopolítico, no sentido de espaço apropriado politicamente). Mas os exemplos deste projeto geopolítico de "ocupação dos espaços vazios" não pára por aí. Além da construção de Brasília, a quase obsessão de Juscelino pelas estradas, que culminaria no Plano Rodoviário Nacional do Regime Militar, somente poderia resultar em ocupação efetiva se fosse possível que os migrantes desenvolvessem atividades econômicas fora do núcleo urbano constituído por Brasília. É aqui que o cultivo da soja entra como parte do projeto geopolítico. Ele faz parte de um grupo de iniciativas que complementariam os grandes projetos de infra-estrutura (ITAIPU, Carajás, rodovias em geral) com a viabilização da ocupação. Exemplo análogo que poderíamos mencionar é o PIN – Plano de Integração Nacional, de 1970, em que se desenharam 15 enclaves industriais-mineradores na Amazônia, ou o Projeto Calha Norte, em que o exército realizou obras de cunho assistencial, para viabilizar as ocupações da fronteira setentrional brasileira.

Gostaria de complementar o tema "fatores geopolíticos da exploração do Cerrado" lembrando a importância do Japão. Segundo texto sobre relações Brasil-Japão, incluído no volume II da coletânea "Temas de política externa II", o Japão foi de grande importância no projeto e financiamento da viabilização do Cerrado, na medida em que sua rivalidade com os EUA os levou a criar um concorrente internacional, no caso o Brasil. A intenção japonesa, de acordo com o texto, era retaliar os EUA por medidas protecionistas aplicadas contra a indústria japonesa (isso nos anos 1970). O resultado deste projeto é que hoje o Brasil é o segundo maior produtor mundial, num volume de 50%, aproximadamente, do total americano – com os subsídios e vantagens que o hegemona garante aos seus agricultores.

Embora já tenha deixado clara a relação, sintetizo-a concisamente: os fatores tecnológico e geopolítico são complementares, visto que têm como pressuposto a ação indutora do Estado, segundo um projeto de "ocupação dos espaços vazios".

Questão 3

A expectativa em relação à formação da primeira "megalópolis" brasileira não se confirmou. Esclareça os motivos que teriam levado à frustração das previsões feitas no início da década de 70.

Fábio Rocha Frederico (20/20)

O processo de urbanização no Brasil está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo e ao caráter da industrialização nacional. Assim, as décadas de 60 e 70, que assistiram ao desenvolvimento mais intenso desta economia industrial, também testemunharam a urbanização do país.

Como grande parte dos países subdesenvolvidos, o Brasil não possuía tradição urbana significativa. Desta forma, o êxodo rural concentrou-se em um número pequeno de cidades, dando origem no fenômeno característico da urbanização brasileira: a metropolização.

Além disso, a concentração espacial da indústria no Brasil, decorrente de processos históricos ligados ao café e à imigração, também contribuiu para a formação de imensos núcleos urbanos na região Sudeste, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

Exatamente ao longo do eixo Rio-São Paulo é que, no início da década de 70, esperava-se a formação da primeira megalópole brasileira. A não concretização desta previsão deve-se a motivações várias e complexas. Cabe ressaltar, no entanto, que o motivo estrutural é o esgotamento do modelo de desenvolvimento do qual a ampliação daqueles núcleos urbanos era tributária.

Assim, a crise econômica que atingiu o país na década de 80 refletiu intensamente sobre as grandes cidades. O custo progressivo dos impostos, o aumento do preço da terra e da violência urbana, a poluição e a falência do sistema de transporte coletivo, entre outros fatores, contribuíram para diminuir a atração que as grandes cidades exerciam sobre os migrantes. No setor industrial estes fatores causaram o fenômeno conhecido como "deseconomias de aglomeração". Os estabeleci-

mentos industriais migraram para os subúrbios e para as pequenas e médias cidades, acentuando a hipertrofia do setor terciário.

A crise econômica também atingiu setores da indústria brasileira que se concentravam no Vale do Paraíba, em especial, o setor bélico. Empresas como a Avibrás e a Engesa, em torno do pólo de São José dos Campos, reduziram suas atividades a níveis mínimos.

Alguns analistas argumentaram que os bolsões de mão-de-obra especializada, em grande parte formado na indústria bélica (como Itajubá – MG), seriam aproveitados pela indústria eletroeletrônica e de informática. No entanto, a natureza mesma do setor é altamente poupadora de mão-de-obra e, além disso, a indústria de alta tecnologia ainda não se desenvolveu de forma significativa no país.

Alterações nas características do crescimento populacional brasileiro também contribuíram para frustrar o surgimento da primeira megalópole nacional. A diminuição das taxas de natalidade, em grande parte fruto da urbanização, reduziram os níveis de crescimento dos aproximadamente 3% na década de 60 para os atuais 1,6%.

Finalmente, cabe ressaltar o redirecionamento dos fluxos migratórios, como observado pelo geógrafo Milton Santos, para as metrópoles regionais e as cidades médias do interior conectadas com a agroindústria.

Questão 4

Das três grandes "províncias demográficas" do planeta – China, Índia e Europa, segundo a definição de Vidal de la Blanche – uma caracterizou-se, ao longo dos séculos, pela mobilidade, e as duas outras mantiveram-se, por assim dizer, "atadas ao solo". Justifique essa proposição, buscando relacionar fatores ambientais e históricos.

Gustavo Henrique Marques Bezerra (20/20)

De acordo com a proposição do geógrafo francês Vidal de la Blanche, baseada na repartição do planeta em três grandes "províncias demográficas" (China, Índia e Europa), apenas uma delas – a Europa, mais especificamente sua parte Ocidental – pautou-se no decorrer dos séculos pela mobilidade e dinamismo, ao passo que as duas outras conservaram-se estagnadas, "presas ao solo".

Trata-se de uma constatação que precisa ser justificada, à luz da Geografia e da História. Por que as vastas áreas orientais da China e da Índia, principais centros irradiadores de civilização e cultura até o fim da Idade Média, tão progressivamente ultrapassadas por uma Europa fragmentada politicamente e muitos degraus abaixo na escada da civilização durante vários séculos?

A primeira provável explicação é de natureza geográfica, ou melhor, ambiental. A existência de vastas extensões de terras férteis, assim como rios caudalosos como o Ganges, o Indo e o Yang-Tsé – em claro contraste com o caráter fracionado e disperso do relevo e da hidrografia européia – certamente deve ter influído decisivamente na tendência histórica ao isolamento das regiões chinesa e indiana do globo, reforçando o aspecto auto-centrado dessas civilizações, baseado na noção de auto-suficiência econômica. Sendo verdadeiros "mundos à parte", auto-suficientes, os subcontinentes chinês e indiano prescindiram, durante séculos, de qualquer intercâmbio comercial com o mundo exterior, em especial a Europa, optando, assim, pelo isolamento, tendência reforçada também pelas grandes distâncias a ser percorridas entre Oriente e Ocidente.

A outra explicação para esse descompasso é de origem histórica, e está intimamente relacionada à primeira. Segundo o historiador Paul Kennedy, a tendência isolacionista – decorrente, como vimos, de fatores ambientais – dos impérios chinês e indiano se conjugou ao processo dinâmico de crise do sistema feudal e renascimento comercial e urbano ocorrido na Europa a partir do século XI para lançar as bases do processo de expansão mercantil e ultramarina européia, que levaria, nos séculos seguintes, ao alastramento da dominação ocidental sobre todas as partes do planeta. Nesse contexto, segundo Kennedy, a própria fragmentação política do continente europeu em vários estados nacionais – contrariamente à China, por exemplo, dominada por um grande império absolutista – também teria contribuído para a expansão ocidental européia, visto que engendrou a concorrência entre as potências marítimas da Europa pelo domínio dos mercados mundiais.

Assim, os fatores geográficos e históricos se combinam perfeitamente para justificar a afirmação de La Blanche, a qual também vai plenamente ao encontro da assertiva de Samuel Huntington, o qual classifica a história mundial das civilizações do século XV ao século XX como um processo constante e progressivo de imposição dos valores e instituições ocidentais sobre os povos da Ásia, África e América Latina.

Questão 5

Para alguns, a ALCA e o MERCOSUL são projetos antagônicos. Para outros, complementares. Avalie as perspectivas de cada Associação, a partir dos referenciais teóricos do "realismo" e do "idealismo".

Marcos Henrique Sperandio (20/20)

A relação Alca-Mercosul pode ser analisada por meio dos referenciais teóricos do idealismo e realismo. O primeiro referencial sugere a idéia de complementaridade entre os dois processos de integração, enquanto que o realismo privilegia a noção de antagonismo ou, mesmo havendo integração, sugere posturas "realistas" na relação Alca-Mercosul.

A perspectiva idealista tem como principal referencial teórico a leitura grociana das relações internacionais (bem como Kant – "Paz Perpétua"). A visão idealista, no caso em tela, defende a

complementaridade entre Alca e Mercosul. A soldagem entre os dois projetos possibilitaria ganho de maturidade no trato das questões internacionais. Mais importante do que selar acordos, defende essa corrente, é vivenciar o processo de negociação para extrair instrumental que goze de funcionalidade em outras frentes diplomáticas.

O processo em si já agraciaria seus participantes com modalidades negociadoras. Os idealistas afirmam que a relação Alca-Mercosul não seria excludente, que a Alca não dilueria o Mercosul. Pelo contrário, os países do Mercado Comum do Sul, pelo fato de negociarem em bloco, poderiam contribuir para o equilíbrio das negociações. Ambos os projetos, conforme essa corrente, exporiam princípios comuns: a consolidação da democracia e a livre concorrência. A exclusão de Cuba das negociações da Alca prova a afirmação. O Mercosul já apresenta "cláusula democrática", presente no protocolo de Ushuaia (1998). Em junho de 2001 foi aprovada a Cláusula Democrática Pan-americana, que seria mais um elemento de identificação entre os dois projetos, sublinham os idealistas.

O equilíbrio de poder, caro a essa corrente, pode ser mantido no interior dos dois projetos por meio de mecanismos de consulta permanente, no prosseguimento da tradição de solução pacífica de controvérsias. Em termos práticos, países do Mercosul teriam acesso a tecnologia e serviços. Poderiam obter maior poder de barganha frente a outros blocos, principalmente em agricultura perante a União Européia (PAC). Além disso, o antagonismo entre os projetos poderia excluir o acesso a considerável parcela de mercado, representado pelos demais mercados consumidores. Basta lembrar que 70% das manufaturas brasileiras são dirigidas para países negociadores da Alca. Quanto às críticas, os idealistas se defendem com o argumento de que relações multilaterais, quanto maior o grau de pluralidade, maior estabilidade oferecem.

A perspectiva realista, na qual se destacam Hans P. Morgenthau ("Politics among Nations") e o australiano Hedley Bull ("Anarchical Society"), pode ser expressa pela noção de que as relações internacionais são "jogo de soma zero": se uns ganham, outros inexoravelmente irão perder. Poãn relembra o exemplo de Hobbes sobre a balança de poder: os realistas também procuram estabilidade, obtida quando há desnível completo entre os dois pratos. O nivelamento entre os pratos, defendem os realistas, gera instabilidade ou iminência da mesma. Para essa corrente, os projetos Alca-Mercosul são antagônicos. Fundamentam o argumento na divergência de interesses e práticas dos dois maiores pólos de negociação: EUA e Brasil.

As diferenças em política externa são exemplos: a não adesão ao Protocolo de Kyoto e ao Tribunal Penal Internacional. Críticos dos realistas afirmam que Alca e Mercosul são projetos comerciais, ou seja, que tais divergências não comprometem maior entendimento. Os realistas contra-argumentam com dois casos específicos: aço e agricultura. Restrições tarifárias e não-tarifárias desgastam a relação entre Brasil e EUA, o que contamina o processo negociador entre Alca e Mercosul. As tarifas protecionistas norte-americanas giram em torno de 14% , o que supostamente seria prova de liberalismo comercial. Os 15 produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira para os EUA, porém, sofrem gravação tarifária da ordem de 43 a 48% (suco de laranja, aço, etc). Além do aspecto comercial, os realistas afirmam que, na negociação entre os dois projetos, não há como conter a hegemonia norte-americana. O fluxo de valores culturais norte-

americanos, que já é significativo, poderia sufocar a difusão cultural do Mercosul.

Exemplo do "realismo" praticado pelos EUA pode ser encontrado na Trade Promotion Authority (TPA) que, ao fugir do objetivo inicial, apresenta lista com 300 produtos cujas negociações tarifárias devem ser analisadas por comitês do Senado norte-americano. Parece que os "Hawks" prevalecem sobre os "Doves" na política externa dos EUA em relação à Alca, afirmam os realistas. Essa corrente postula, também, que caso haja compatibilidade entre os dois projetos, em situação forçosa, seria lícito a adoção de políticas realistas no processo. O jogo continuaria de soma zero, argumentam os seguidores de Morgenthau.

Independentemente da corrente a ser seguida, o debate entre antagonismo e complementaridade entre Alca-Mercosul produziu resultado de expressão: no Brasil, por exemplo, observa-se significativa participação da sociedade civil na discussão de temas de política externa. Exemplo marcante desse fenômeno é a SENALCA, com mais de 30 reuniões realizadas. É inegável, portanto, o papel indutor ao debate que o processo vem desempenhando.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra. As relações com a Europa.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:

a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.
10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

c) O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

CAMPOS, Flávio; Dohlnikoff, Miriam. *Manual do Candidato: História do Brasil*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL.

_____. *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL.

_____. *A Terceira República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

_____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. 2 v.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)

_____ ; FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

_____. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Lilian Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique ; FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTr, 1996.

CASTAÑEDA, Jorge C. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *A Era do Capital*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Era dos Extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.

_____. *A Era dos Impérios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

_____. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História : entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales Depuis 1945*. 6. ed. Paris: Armand Collin, 1999.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELY, Lucien. *L'invention de la Diplomatie*. Paris: PUF, 1998.

BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Economica, 1989.

FERRO, Marc. *História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin Books, 1990.

KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*. São Paulo: UNESP, 1999.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ROBERTS, J. M. *History of the World*. New edition. London: Penguin, 1990.

PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambrigde: Cambridge University Press.

THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

_____. *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

Incapaz de deter o exército de Napoleão, que avançava rapidamente em direção às fronteiras de Portugal, o Príncipe Regente recorreu à tradicional aliança luso-inglesa. Garantia, assim, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. No plano diplomático, a proteção da Inglaterra trouxe conseqüências históricas de grande importância para Portugal e para o Brasil.

Com base no parágrafo acima responda:

a) Quais os benefícios obtidos pela Inglaterra, tanto na Europa quanto na América portuguesa, decorrentes da aliança luso-inglesa?

b) Quais as conseqüências econômicas e políticas dessa estratégia diplomática para Portugal e Brasil, a curto e a longo prazos?

Márcio Blois Gasparri (20/20)

a) A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807, sob a proteção inglesa, em decorrência do expansionismo napoleônico no continente europeu, marca um período de aprofundamento nas relações entre a Coroa Portuguesa e a Coroa Britânica. A urgência da situação na Europa obrigou a Coroa Portuguesa a aceitar e acatar a imposição de medidas relacionadas ao comércio que claramente beneficiavam os ingleses. O tratado de 1810, que se deu dois anos após a abertura dos portos, é um exemplo claro disso. Por meio dele, produtos ingleses tinham mais facilidade para entrar na América Portuguesa, devido à redução tarifária. O estreitamento das relações luso-inglesas era, assim, vantajoso para os ingleses em seus interesses econômico-comerciais, pois permitia-lhes expandir suas relações comerciais em um período bastante delicado, em que seus produtos encontravam dificuldades para entrar no Velho Continente devido ao cerco napoleônico. Na Europa, os benefícios da aliança com Portugal eram também consideráveis para a Inglaterra. Por meio dela, os ingleses poderiam encontrar uma "brecha", um canal de acesso a um continente sob o jugo das tropas napoleônicas. Mesmo depois da derrota das tropas de Napoleão, percebe-se que a influência inglesa no país permaneceu intensa, algo que só foi enfraquecido após a Revolução do Porto de 1820.

b) As conseqüências econômicas e políticas dessa estratégia foram significativas tanto para o Brasil quanto para Portugal. O Brasil herdaria uma relação econômico-política desvantajosa para os seus interesses. Essa situação, no plano comercial, só iria assumir novos rumos a partir de 1844, com a tarifa Alves Branco. A autonomia tarifária buscada pelos brasileiros, no entanto, desgostava a principal potência hegemônica da época e tinha repercussões em outros planos. Parece, por isso, ser razoável entender que a maior repressão ao tráfico negreiro – algo, é verdade, já demandado há tempos pelos ingleses – institucionalizada pela Bill Aberdeen, seja, até certo ponto, reflexo do impulso autonomista brasileiro.

Para Portugal, a estratégia referida trazia sérias consequências. No curto prazo, a principal delas talvez tenha sido a perda de sua hegemonia comercial na então colônia. Era algo que, sem dúvida, piorava a sua já complicada situação, pois vira sua economia bastante prejudicada pela invasão e guerra promovidas pelos franceses. No longo prazo, percebe-se que a aliança com a Inglaterra tive como conseqüência, entre outras coisas, o aprofundamento de seus laços de dependência com a potência britânica. Portugal entraria, assim, na órbita econômica da grande potência de forma submissa, incapaz de articular uma política internacional plenamente autônoma.

Questão 2

"O decênio que vai de 1868 a 1878, escrevia Sílvio Romero, foi 'o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual'. Um *bando de idéias novas* agitou o país nesse período, dando-lhe novas diretrizes. (...) Com a abolição do tráfico deu-se uma 'transformação maravilhosa', abrindo novas perspectivas materiais e intelectuais ao país." (João Cruz Costa, in Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico.* Tomo II, Volume V, São Paulo, DIFEL, 1969, p. 330).

a) A que "idéias novas" se referia Sílvio Romero?
b) De que forma essas "idéias novas" penetraram no pensamento das elites brasileiras?

Gustavo Henrique Marques Bezerra (20/20)

A segunda metade do século XIX foi marcada por um conjunto de transformações profundas na estrutura sócio-econômica e intelectual do Brasil, que desaguariam, mais tarde, na queda do regime monárquico. Em termos sócio-econômicos, o fim do tráfico negreiro (1850) e o crescimento da imigração européia assinalaram o processo de substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada. Política e intelectualmente, a Guerra do Paraguai (1864 –1870) e a influência de doutrinas científicas como o Darwinismo e o Positivismo Comteano ocasionaram o aparecimento de novos padrões estéticos e idéias políticas.

a) Nesse contexto, surgem as "idéias novas" a que se refere o crítico sergipano Sílvio Romero. Na literatura, assiste-se à substituição do Romantismo pelo ideal do Realismo-Naturalismo, com sua proposta de percepção mais fiel do real, lançada na França por autores como Flaubert e Zola, e que terá seus maiores representantes brasileiros em Machado de Assis, Raul Pompéia e Aluízio Azevedo. Sofrendo o impacto do evolucionismo e do cientificismo da época, surgirão estudos sociológicos e antropológicos que buscarão contrapor-se à idealização romântica do indianismo, com a incorporação, pela primeira vez, do elemento negro e mestiço na formação da identidade nacional, embora com um viés marcadamente racista e eurocêntrico, nas obras de Nina Rodrigues, Araripe Júnior e Sílvio Romero. De modo geral, tais idéias literárias, sociológicas e antropológicas estão relacionadas com o advento dos ideais do Republicanismo e do Abolicionismo, este último tendo como grande tribuno o pernambucano Joaquim Nabuco.

b) O modo como as idéias de República, Abolição e Naturalismo penetraram nas elites pensantes brasileiras ao longo do século XIX seguiu uma linha de continuidade em relação a outras idéias "importadas", como o Liberalismo no início do Império. Como aponta Roberto Schwartz, as idéias "trazidas de fora" sempre estiveram "fora do lugar" no Brasil, adaptando-se ao gosto e aos interesses das elites locais. Assim, os ideais republicano e abolicionista foram incorporados aos anseios políticos e econômicos das elites oligárquicas cafeeiras do Oeste paulista, desejosas de maior

descentralização política e de maior autonomia federativa, bem como de mudanças na organização do trabalho. Ao mesmo tempo, a visão antropológica fornecida pelo Naturalismo e pelas teorias evolucionistas de Darwin e Spencer enxergava a questão racial com lentes acentuadamente deterministas e etnocêntricas, encarando a miscigenação como fator de "degenerescência das raças" e preconizando, em lugar desta, o "embranquecimento" da população brasileira, mediante o estímulo à imigração européia. Tal racismo antropológico ajustou-se, assim, perfeitamente à visão "européia" das elites, sintonizando-se com seus interesses políticos e econômicos.

Questão 3

A Primeira Guerra e a depressão dos anos 30 prejudicaram o comércio exterior da América Latina, reduzindo, no primeiro caso, o fornecimento externo de manufaturas e, no segundo, suas exportações primárias de alimentos. Essas perturbações tiveram impacto sobre o sistema produtivo, que se voltou para a industrialização substitutiva de importações, e sobre o controle do poder local, que passou das oligarquias agroexportadoras para as novas elites urbanas, num processo que fortaleceu o Estado e seu papel econômico.

Discuta a assertiva acima, indicando os impactos da Primeira Guerra e da depressão dos anos 30 sobre o Brasil.

Frank Almeida de Sousa (19/20)

Os efeitos da Primeira Guerra e da depressão dos anos 30 no Brasil podem ser interpretados de pelo menos duas maneiras. Considerando, primeiramente, a teoria dos choques adversos, que afirma que estes eventos, ao prejudicarem o tradicional comércio exterior brasileiro, forçou o País a uma incipiente substituição de importações utilizando capacidade industrial previamente instalada a fim de prover as necessidades domésticas de produtos industriais. Assim, por ocasião da I Guerra e a conseqüente interrupção do intercâmbio comercial que direcionava manufaturas ao Brasil, foi necessário utilizar máquinas e fábricas existentes, muitas das quais tinham capacidade ociosa, para substituir as importações.

A crise dos anos 30, por seu turno, prejudicou o comércio de forma geral, o que reduziu a demanda mundial pelos produtos primários brasileiros e, por conseguinte, restringiu a capacidade importadora do País desprovido de divisas. Foi necessário, novamente utilizar a indústria interna, reaparelhada nos anos anteriores, para novamente substituir importações.

Outra interpretação relativa aos impactos dos eventos em apreço sobre a industrialização brasileira ressalta a importância da economia agro-exportadora, como geradora de divisas que

teriam possibilitado a importação de equipamentos industriais e investimentos externos por conta da economia cafeeira. A primeira Guerra e a depressão dos anos 30 teriam sido, dessa forma, negativas ao dificultarem a importação de novas máquinas.

É possível, contudo, conciliar as duas interpretações. Se, por um lado, as crises externas dificultaram o reaparelhamento da indústria local, por outro lado, existia capacidade ociosa que foi utilizada. Ademais, no período que se seguiu entre a I Guerra e a crise de 29, foi possível importar novos equipamentos, de forma que nos anos 30 a substituição de importações logrou avançar.

O fato é que, no início da década de 30, a indústria começava a desempenhar importante papel, contrastada ao declínio da economia da agro-exportação. Novos interesses da sociedade forçaram a queda do modelo da República Velha no qual as oligarquias dos Estados eram preponderantes.

Portanto, a Primeira Guerra e a depressão dos anos 30, ao mesmo tempo em que estimularam o desenvolvimento industrial, forçaram a desarticulação da economia agro-exportadora e de seu corolário político: a República Velha. A partir do início da queda de 30, novo modelo econômico começava a ser gestado, no qual o País buscará seu desenvolvimento, utilizando, para tanto, a industrialização.

Questão 4

"Uma das coações aos pensadores cristãos que tentaram entender o Islã era analógica: posto que Cristo é a base da fé cristã, presumia-se – de modo totalmente errôneo – que Maomé era para o Islã o mesmo que Cristo para o cristianismo. (...) Dessas e de muitas outras concepções equivocadas 'formou-se um círculo que nunca foi rompido pela exteriorização imaginativa', [segundo Norman Daniel]." (Edward W. Said, *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1990, p. 70).

Analise de forma crítica o parágrafo acima, considerando a persistência histórica no século XIX dos estereótipos construídos pelo Ocidente com relação ao Oriente e, em particular, com relação aos povos árabes.

Luiz Augusto Ferreira Marfil (20/20)

Uma das considerações subjacentes ao neocolonialismo de século XIX é a idéia de que a supremacia econômica das potências imperialistas européias se traduziria necessariamente numa supremacia cultural da Europa civilizada sobre os povos bárbaros do Oriente e da África. A suposta superioridade funcionava como uma justificativa à dominação dos povos colonizados.

Essa supremacia cultural obviamente teria repercussão na religião. A espiritualidade e a moral dos povos "não civilizados" seria entendida a partir de uma ótica "civilizada". Os valores de

sociedades ditas bárbaras seriam apreendidos a partir das ponderações da própria construção ético-filosófica dos povos colonialistas cristãos.

Com o Islã, a apreensão cristã seria particularmente conflitiva, uma vez que seriam religiões fundamentalmente rivais quanto a diversos aspectos de suas crenças: o monoteísmo, a sacralização da cidade de Jerusalém, o caráter textual de seus códigos de conduta moral: o Novo Testamento e o Corão.

Na figura de Cristo, residiria outro aspecto que daria margem a equívocos. A divinização de Cristo não encontra paralelo no islamismo, para quem Maomé é o profeta, entre outros — Cristo, inclusive. Não se confundem as figuras de Alá e Maomé como se faz no mistério trinitário cristão. As considerações da fé maometana em particular, e do rol de valores dos povos árabes em geral, foi muito influenciada pelos preconceitos estabelecidos por séculos de doutrinamento cristão.

O julgamento equivocado de uma religião por outra não é um aspecto datado historicamente, mas processo inerente ao conflito de duas superestruturas culturais, sempre que suas bases econômicas entram em um processo de dominação. Assim foi a apreensão dos primórdios do Cristianismo pelos romanos, para os quais o ideário cristão era uma moral de escravos. Para os europeus colonialistas do século XIX, o Islamismo seria uma moral de beduínos.

Questão 5

O sistema internacional da bipolaridade não foi bipolar durante todo o transcurso histórico a ele atribuído. Analise a evolução da sua condição de um sistema condominial típico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial para o arranjo mais flexível entre as duas superpotências nos anos 60 e 70 em torno dos seguintes elementos de transformação do sistema:

a) a revitalização internacional da Europa e sua contribuição ao deslocamento da competição do terreno do liberalismo universal e ilimitado proposto pelos Estados Unidos para o dos mercados organizados e, até certo ponto, protegidos; e

b) o peso gradual das armas nucleares nas contendas da balança de poder mundial.

Leonardo de Almeida Carneiro Enge (18/20)

O sistema internacional de distribuição bipolar do poder emerge como conseqüência da Segunda Guerra Mundial: destruída a infra-estrutura econômica e militar de Europa e Japão, resta aos EUA e URSS a divisão do poder, o que os joga, instantaneamente, do campo de aliados ao de opoentes.

Yalta, e principalmente Potsdam, sinalizam claramente aos EUA a ascensão de seu futuro contendor. A bipolaridade se expressa claramente em vários campos: no das idéias, opõe liberalismo a socialismo, e nesse sentido atualiza o debate ideológico que se arrastava, sem solução, desde meados do século XIX. No campo político, opõe um regime democrático a um totalitarismo crescente. Na economia, confronta o ideário do capitalismo de mercado ao da economia centralizada e estatizante, de inspiração marxista. Finalmente, no campo militar, opõe os dois exércitos mais poderosos do mundo e, a partir de 1949, as duas primeiras potências nucleares.

a) É neste contexto, e como efeito desta disputa, que devemos analisar a reconstrução e conseqüente revitalização da Europa. O descomunal afluxo de capitais americanos originado pelo plano Marshall nada mais é que a expressão econômica da política de containement da URSS cristalizada na Doutrina Truman. O bipolarismo se expressa nas disputas entre Plano Marshall e COMECON, OTAN e Pacto de Varsóvia, Gagárin e Armstrong e tantas outras.

Nos anos 60 e 70, os efeitos do Plano Marshall sobre a Europa Ocidental já podem ser notados em sua totalidade: o continente foi reconstruído e passa por intensa reemergência no plano econômico. Alemanha Ocidental, Inglaterra, França e Itália voltam a pertencer ao time das grandes economias.

Entretanto, a conformação político-econômica da Europa que novamente despontava no horizonte das grandes potências não era cópia exata da organização americana. Desde o início, a Europa se pauta por políticas protecionistas (especialmente, mas nem de longe exclusivamente, do setor agrícola) como forma de conquistar competitividade internacional. O planejamento das economias européias se dá em escala muito maior que nos EUA, processo que não arrefeceu e foi incentivado pela gestação da União Européia. A social-democracia constituiu, e ainda constitui, força política de peso freqüentemente majoritário no continente, e teve papel preponderante na constituição e manutenção dos Welfare States que ocorreram a partir dos anos 60. Nesse sentido, a revitalização da Europa atua como um contraponto ao bipolarismo, situando-se entre o liberalismo "total" proposto pelos EUA e o estatismo soviético. A Europa torna-se zona "cinzenta", um "degradé" entre os matizes radicais de EUA e URSS, atuando de certa forma como amortecedor dos conflitos bipolares ao adotar posições intermediárias entre as superpotências.

b) No campo nuclear, a expansão dos membros do "clube nuclear" iniciada com a Inglaterra nos anos 50 e terminada com Índia e Paquistão na década de 70 apontou claramente para uma multipolaridade, na qual potências regionais como a China se afirmam claramente em termos militares. O Tratado de Não-Proliferação aproxima as superpotências na tentativa de restrição de acesso ao "clube", e portanto de criação de novos pólos de poder.

O TNP, em que pese o fato de que muitas das adesões foram realizadas visando à segurança em subsistemas regionais (países que escolhem abrir mão do acesso a tecnologias sensíveis em troca de maior segurança regional), obteve grande sucesso, com medidas diplomáticas das duas superpo-

tências no mesmo sentido.

Dessa forma, a expansão da nuclearização age de dois modos na flexibilização do sistema bipolar:

1) Num primeiro momento, criando pólos alternativos, ainda que regionais, de poder militar.

2) A partir de iniciativas visando a não-proliferação, aproximando as superpotências em torno da consecução de um objetivo comum: a manutenção, tanto quanto possível, do equilíbrio de poder bipolarizado em termos militares.

A prova consistirá de cinco questões dissertativas. O examinando deverá responder de modo objetivo tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram indicar livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de "noções" de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I – Direito interno

01. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
02. Constituição. Conceito. Classificações. Primado da Constituição. Controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
03. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico.
04. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
05. Estado. Características. Elementos. Soberania. Formas de Estado. Confederação. República e monarquia. Sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista). Estado democrático de direito.
06. Organização dos poderes no direito brasileiro.
07. Processo legislativo brasileiro.
08. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
09. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Características do Distrito Federal.
10. Atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos. Controle de legalidade dos atos da Administração.
11. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional

01. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP). Fundamento de validade da norma jurídica internacional. DIP e direito interno. DIP e direito internacional privado.
02. Fontes do DIP: artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Atos unilaterais do Estado. Decisões de organizações internacionais. Normas imperativas ("jus cogens").
03. Sujeitos do DIP: Estados {Conceito. Requisitos [Território, população (Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Deportação, expulsão e extradição), governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados]. Surgimento. Reconhecimento (de Estado e de governo). Sucessão. Responsabilidade internacional. Jurisdição e imunidade de jurisdição. Diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades}. Organizações internacionais [Definição. Elementos constitutivos. Classificação. Personalidade jurídica. Organização das Nações Unidas (ONU)]. Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano. Indivíduo.
04 Solução pacífica de controvérsias internacionais. Artigo 33 da Carta da ONU. Meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).
05. Direito internacional dos direitos humanos. Proteção (âmbito internacional e regional). Tribunais internacionais (San José da Costa Rica, Estrasburgo, Haia, Arusha).
06. Direito da integração: noções gerais. Mercosul e União Européia (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).
07. Direito internacional econômico: conhecimentos elementares. Organização Mundial do Comércio (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).

Bibliografia:

I – Documentos

Constituição Federal (1988)
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945)
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961);
Relações Consulares (1963); e
Direito dos Tratados (1969).
Tratado para a constituição de um mercado comum - Mercosul (Assunção, 1991)
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994)
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994)
Memorando sobre solução de controvérsias - OMC (1994)

II – Livros

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Manual de direito internacional público*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato – Noções de direito*. Brasília: FUNAG, 1995.
BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora UnB, 1999.
BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
_____. *Teoria do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do direito comunitário*. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.
BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
ENGISH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 8ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima e Ernesto Henrique Fraga Araújo. *Mercosul hoje*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.
MELLO, Celso de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. *Direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2002.
REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
SILVA, José Affonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 19ª ed. São Paulo:

Malheiros, 2001.
SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.
THORSTENSEN, Vera. OMC: *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até 40 linhas

Questão 1

O Sr. Irnério Ahnolob, brasileiro nato, é suspeito de envolvimento em um dos crimes previstos no art. 5º (crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão) do tratado constitutivo do Tribunal Penal Internacional (Estatuto de Roma). Um grupo de estudantes de Direito discute a possibilidade de que ele seja levado à cidade da Haia, sede do Tribunal, para ser julgado.

Balduína pondera que o Sr. Ahnolob pode ser enviado à Haia, já que o Brasil ratificou o texto de Roma e porque se trata de "entrega", tal como previsto no art. 102-a do Estatuto ["*Por 'entrega', entende-se a entrega de uma pessoa por um Estado ao Tribunal nos termos do presente Estatuto*"]. Heitor contesta a colega. Afirma cuidar-se de "extradição disfarçada". Indica o dispositivo constitucional que proíbe a extradição de brasileiros natos (art. 5º-LI), para afirmar a inconstitucionalidade, no ponto, do tratado. Alberto, por sua vez, endossa a tese de Heitor. Destaca, ainda, que o inciso LI do art. 5º da Constituição é cláusula pétrea, não podendo ser abolido sequer por emenda à Constituição.

Posicione-se, de modo fundamentado, no debate, assumindo que: (i) o Brasil ratificou o Estatuto de Roma; (ii) o referido tratado não admite reserva (art. 120); (iii) o Estatuto já entrou em vigor no plano internacional; e (iv) o suposto crime cometido por Irnério é posterior à data de entrada em vigor do tratado.

O debate entre Balduína, Heitor e Alberto está permeado pelo tratamento dispensado pela Constituição de 1988 aos direitos humanos. O diploma constitu-cional, já em seu preâmbulo, assegura o exercício dos direitos e garantias individuais. Em seguida, estabelece a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Construir uma sociedade justa, livre e solidária, bem como promover o bem-estar de todos, independentemente da origem, raça, cor, credo e qualquer outra forma de preconceito são objetivos de Estado, arrolados na Lei Maior. No plano externo, o artigo 4º da Constituição Federal apresenta os princípios pelos quais o país é regido em suas relações internacionais, entre os quais se destaca a prevalência dos direitos humanos. O posicionamento no debate deve, portanto, levar em consideração esses preceitos constitucionais.

Foram três as maiores objeções levantadas quando da assinatura do Estatuto de Roma, em 1998, pelo Brasil: a questão da nacionalidade, da pena perpétua (defendida pelo Estatuto) e a questão da coisa julgada. O diploma constitucional brasileiro não permite extradição de brasileiro nato e condena o caráter de perpetuidade de julgamento pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) de casos já contemplados por sentença condenatória, em âmbito nacional.

Tais objeções, porém, não impediram a ratificação do Estatuto de Roma pelo Brasil. A questão crucial que viabilizou o feito foi a diferenciação entre extradição e entrega (surrender). A extradição se apresenta como ato de cooperação entre Estados soberanos. Essa modalidade jurídica tem como fundamentos: tratados e, em sua ausência, promessa de reciprocidade e interesse da justiça. Já a "entrega", o surrender, revela-se ato de obediência à decisão de organização internacional, in casu, o Tribunal Penal Internacional. São nítidas, portanto, as diferenças quanto à natureza jurídica de ambas as modalidades. O surrender tem em um de seu pólos organização internacional e, no outro, Estado membro da entidade (no caso, o Brasil). A relação jurídica existente difere dos pólos observados na extradição.

A aparente inconstitucionalidade, argüida por Heitor, é, portanto, infundada. O surrender está longe de ser "extradição disfarçada". Qualquer brasileiro nato, tendo cometido os crimes previstos no artigo 5º do Estatuto, pode ser entregue ao TPI, sempre levando em conta o caráter subsidiário de sua jurisdição.

Já o argumento de Alberto não se aplica a esse caso em concreto. É certo que o artigo 60, parágrafo 4º da Constituição Federal coloca os direitos e garantias individuais como cláusulo pétrea. É fundamental, porém, aplicar a hermenêutica constitucional lato sensu. O ethos do diploma legal em tela privilegia a proteção internacional dos direitos humanos. Crimes contra a humanidade, crimes de genocídio, de guerra e de agressão não encontram guarida constitucional. A maior prova da motivação do constituinte quanto à proteção internacional dos direitos humanos é o artigo 7º dos ADCT, que prevê o apoio brasileiro à criação de Tribunal Internacional em matéria de direitos humanos.

É lícito, portanto, posicionar-se em favor de Balduína, segundo a qual o Sr. Arnoldo pode ser enviado à Corte da Haia.

Questão 2

Certo líder de grupo terrorista, conhecido pela contundência de sua atuação, entra em prédio de Embaixada brasileira no Exterior e, invocando o art. 4º - X da Constituição Federal ["*A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios (...) X – concessão de asilo político*"], pede asilo.

Proponha resposta — devidamente fundamentada — à solicitação.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

A questão trata dos fundamentos que legitimam o instituto do asilo político perante o Direito Internacional Público, assim como sua condição (aceitação) no plano internacional.

O instituto do asilo, <u>lato sensu</u>, não é novo. C. Albuquerque Mello relata que já na Grécia antiga podem-se observar ações que a ele se assemelham. O asilo foi amplamente utilizado na época medieval, seja em Igrejas, seja em outros Estados. Entretanto, no decorrer da época moderna, foi objeto de abusos por parte de embaixadores pouco escrupulosos, que chegavam a "alugar" residências oficiais a criminosos comuns, com base no princípio da extraterritorialidade. Desde então, tem sofrido diversas críticas.

O asilo político divide-se em asilo territorial e asilo diplomático. O primeiro é conferido no próprio Estado Territorial, e é geralmente mais aceito internacionalmente. O segundo é conferido em legações do Estado asilante no exterior. É importante salientar a diferença, pois, afastado o princípio da extraterritorialidade das legações, pelo qual a Embaixada, por exemplo, era vista como uma extensão do território do Estado, o indivíduo que requer asilo numa legação permanece sob a jurisdição do Estado de que foge ; entretanto, essa jurisdição não é exercida, em vista da imunidade de jurisdição da legação internacional, que se baseia, modernamente, no princípio do interesse da função e na reciprocidade. O asilo diplomático é controverso no plano internacional, mesmo que países que o questionem não se importem em conferi-lo quando conveniente.

O direito de asilo baseia-se em um princípio humanitário e é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Não obstante, a jurisprudência tem entendido que não se trata de um direito oponível aos Estados; estes têm a discricionariedade em decidir sobre a oportunidade e conveniência de sua concessão, mesmo que presentes os requisitos legais. O asilo diplomático, como no caso em questão, conheceu ampla aceitação na América Latina, chegando, para muitos, a configurar um costume internacional de âmbito regional. O caso Haya de La Torre, em particular, entre o Peru e a Colômbia, teve ampla repercussão internacional, chegando a ser decidido pela Corte Internacional de Justiça, na década de 1950. A decisão, contraditória e inexeqüível, demonstrou a necessidade de codificar tal costume internacional, o que se deu na Convenção de Caracas, na mesma década.

Por essa convenção, ratificada pelo Brasil, cabe ao país asilante decidir acerca da qualidade do crime imputado ao indivíduo. Essa previsão é de suma importância, pois não mais se aceita asilo por crime comum, sendo restrito a crimes de natureza eminentemente política. A diferenciação, entretanto, é por vezes difícil, o que não raro leva a divergências. A concessão do asilo político é ato soberano e discricionário do Estado da legação; uma vez conferido, o Estado territorial é obrigado a conferir o salvo conduto para que o asilado se retire de seu território. A Convenção de Caracas é clara quanto à obrigatoriedade do salvo conduto. Entretanto, tem ela um número limitado de membros, e pode haver dificuldades em relação a países que questionam a legalidade do asilo diplomático.

O Brasil, em específico, é não apenas parte dessa convenção, como também reconheceu, na Constituição, a concessão do asilo político como um dos princípios de suas Relações Internacionais. Assim, no caso em questão, cabe ao Estado brasileiro, discricionariamente, decidir se concede ou não o asilo requerido. Em particular, cumpre decidir se os crimes imputados ao requerente são de natureza política. Em se tratando de atividade terrorista, inclina-se pela negativa, mesmo porque o repúdio ao terrorismo configura-se como outro princípio das Relações Internacionais do Brasil, conforme previsto no artigo 4º da C.F. Entretanto, cumpre observar as circunstâncias do caso para se decidir com fundamentação imparcial. Em se negando a natureza política do crime imputado, deve o Brasil entregar o acusado às autoridades jurisdicionais do Estado territorial.

Questão 3

Comente — argumentando a favor ou contra —o seguinte trecho:

"Por sua própria construção, o sistema jurídico mundial é incapaz de um papel político. Ele multiplica sem cessar os textos e se ramifica cada vez mais. Existem hoje muitas dezenas de convenções internacionais e muitos milhares de textos jurídicos especializados, aos quais se somam aqueles gerados pelos organismos multilaterais, cujo número e quantidade de membros não param de crescer. A isso se juntam ainda as dezenas de entidades regionais, que têm, cada qual em seu nível, as mesmas ambições e as mesmas produções. Mas esta construção é uma Torre de Babel, complexa e impotente". (*In* DELMAS, Philippe. *O belo futuro da guerra.* Rio de Janeiro: Record, 1996, pp. 147-148, com adaptações).

Luiz Augusto Ferreira Marfil (20/20)

A crescente complexidade do sistema jurídico mundial reflete o dinamismo da sociedade das nações nos dois últimos séculos, dado pela multiplicação de Estados, pela emergência de novos atores internacionais – organizações inter e supraestatais – e pelo esforço de positivação do relacionamento político entre as nações e das normas consuetudinárias internacionais.

No contexto estatal interno, o ordenamento jurídico visa estabelecer normas de conduta e solucionar os conflitos existentes entre os indivíduos. O esforço de normatização pelo Direito Interno acaba necessariamente por estabelecer parâmetros à ação política. Similarmente, o Direito Internacional condiciona a ação política dos Estados, seus sujeitos por excelência, tanto negativamente, impondo limites a suas ações, quanto positivamente, imputando-lhes responsabilidades de agir. O fato de o Direito Internacional ser um direito de coordenação entre entidades soberanas, e não de subordinação, não diminui o papel político de ordenamento jurídico mundial; pelo contrário, implica grande efeito político porque representa a adesão e vinculação voluntária de Estados numa sociedade internacional paritária.

Exemplificando como a ordem jurídica mundial exerce uma função política nas sociedades contemporâneas, cabe lembrar como as resoluções das Nações Unidas, em seus objetivos de promover a paz e a segurança mundial, têm impactado a ação política dos Estados-membros; como painéis e decisões da Organização Mundial do Comércio têm redefinido a diplomacia econômica entre os países; como a institucionalização e positivação jurídica de acordos econômicos no âmbito dos blocos regionais têm aprofundado o relacionamento político entre os participantes; e como as convenções e tratados internacionais têm condicionado o equilíbrio de forças e os limites de ações políticas de seus signatários.

Assim sendo, advogar a incapacidade de o sistema jurídico mundial de exercer um papel político na comunidade das nações seria tão improcedente como esvaziar o conteúdo político do ordenamento jurídico de um país em particular.

Questão 4

Em visita oficial ao Brasil, o Presidente de determinado país foi denunciado pelo Ministério Público Federal pelo cometimento de crime contra a humanidade. Pesam sobre ele acusações de haver perpetrado graves atrocidades contra minorias étnicas da população de seu país. Dadas as circunstâncias, discorra sobre a admissibilidade da ação.

Kassius Diniz da Silva Pontes (20/20)

A persecução penal no Brasil condiciona-se à observância do "princípio da territorialidade". Necessário, então, que o crime tenha sido praticado em território brasileiro. Crimes praticados no exterior só podem ser submetidos à jurisdição da justiça brasileira quando o agente que os perpetrou também seja brasileiro, ou em hipóteses restritas elencadas no Código Penal.

A ação proposta pelo Ministério Público Federal enfrenta diversos óbices, que impedem sua admissão. O primeiro empecilho decorre do fato de o crime ter sido praticado por estrangeiro em outro país, conflitando, à evidência, com o referido princípio da territorialidade, consagrado na legislação penal brasileira. Fosse o agente brasileiro, a ação poderia ter curso, o que, todavia, não é o caso.

De outra parte, cumpre atentar para o fato de que o acusado é chefe de Estado em pleno exercício do cargo, gozando, assim, de imunidade penal, por se tratar, inclusive, de visita oficial. Sua presença no Brasil se deve a razões diplomáticas, atuando como máximo representante de seu Estado, o que bastaria para atrair, por exemplo, as garantias e prerrogativas constantes da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Se os membros da representação diplomática fazem jus à imunidade penal, o Chefe de Estado, a fortiori, também o fará.

A denominada "jurisdição universal", propugnada por aqueles que defendem a competência de qualquer nação para julgar crimes contra a humanidade, não encontra respaldo no Direito brasileiro, que se apóia fundamentalmente, como visto, no princípio da territorialidade.

Em face do exposto, a ação proposta pelo Ministério Público deve ser inadmitida, uma vez que a Justiça brasileira carece de competência para examinar e julgar o caso.

Questão 5

Invocando o princípio da autodeterminação dos povos, Ponoukele, colônia de Drelchkaff, proclama sua independência. O novo governo adota, sem maiores explicações, medidas restritivas de direitos da minoria étnica residente no Norte do país. Determina, em seqüência, o envio daquela população para região inóspita no Sul de seu território, onde as perspectivas de sobrevivência são escassas. Por conta da prática de tais atos, poucos países reconhecem o novo Estado, bem como seu governo.

Dentro do governo de Ponoukele surge a preocupação de que, não tendo sido reconhecido nem o novo Estado nem o seu governo, a antiga metrópole estará legitimada a reassumir o controle sobre Ponoukele. O novo Chanceler lembra a seus pares, no entanto, que "o reconhecimento por parte de outros sujeitos de Direito Internacional é irrelevante". Alega que a existência do Estado Ponoukelense independe do reconhecimento pela comunidade internacional.

Considerando o tema do reconhecimento de Estado e de governo no momento presente, aprecie a situação.

Claúdia AngélicaVasques Silva (20/20)

A apreciação da situação em tela é bastante complexa. Envolve questões como reconhecimento de Estado e de governo, além de problemas relativos ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Em primeiro lugar, de um lado, invocar o direito de autodeterminação dos povos no caso de uma colônia é perfeitamente legítimo e está em conformidade com a jurisprudência internacional. Por outro lado, a ação arbitrária contra a minoria étnica e seu deslocamento para região inóspita pode suscitar medidas de ingerência por parte da comunidade internacional em Ponoukele.

Para que um Estado seja reconhecido como tal deve contar com povo, território e governo. A legitimidade do governo de Ponoukele, no entanto, torna-se bastante questionável em vista do arbítrio e da ação contrária aos direitos humanos. Não obstante, a observação do chanceler ponoukelense está de acordo com diretivas da O.N.U., embora o chanceler tenha deixado de considerar que a crise humanitária promovida pelo governo pode vir a causar pedidos de direito de ingerência por parte de terceiros Estados e não apenas da antiga metrópole.

Quanto à situação da antiga metrópole, o não reconhecimento do governo e do Estado de Ponoukele pela comunidade internacional, por si só, não legitimaria a recolonização da parte de Drelchkaff. A situação humanitária e o arbítrio, contudo, poderiam servir de base à tentativa de recolonização do território, vez que Drelchkaff poderia alegar que o statu quo ante estava de acordo com o respeito aos direito humanos. A tendência em casos semelhantes, contudo, não tem sido privilegiar as metrópoles.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de

Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana.* Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Publifolha, 2000.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia.* Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia.* São Paulo: Saraiva, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON, P. A. ; NORDHAUS, W. D. *Economia* 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *in: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato: Noções de Economia.* Brasília: FUNAG, 1996.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até 30 linhas

Questão 1

Explique por que a indexação das faixas de renda, que elevou os valores mínimos para incidência de imposto na tabela do imposto de renda para as pessoas físicas (IRPF), aprovada recentemente no Brasil, contribui para expandir o consumo da economia.

Eduardo Cançado Oliveira (20/20)

O imposto de renda é um importante instrumento de atuação econômica. Através desse imposto, que é um mecanismo da política fiscal do Estado, o governo arrecada fundos para financiar suas atividades, distribui renda através do fornecimento de serviços públicos pagos com essa arrecadação e interfere na demanda agregada do país. Esse último efeito nem sempre é diretamente visado pelo governo, tratando-se de uma conseqüência extra-fiscal, que, entretanto, não deixa de ser relevante.

A recente indexação das faixas de renda do IRPF aumentou os valores mínimos de renda para a incidência do referido tributo. Isto quer dizer que para surgir a obrigação de pagamento do imposto, a renda auferida deve ser maior que no passado. Assim, maior parcela da população (parcela essa de menor renda) está isenta do tributo e, portanto, possui maior disponibilidade de recursos para consumir. A parcela da renda que seria destinada ao fisco fica liberada para uso, incentivando o consumo.

Poder-se-ia argüir que essa maior disponibilidade de renda não seria usada em consumo, mas aplicada em poupança. No entanto, isso levaria, indiretamente, a uma situação de crédito mais fácil e barato, o que, por sua vez, levaria à expansão do consumo.

O produto interno, sob a ótica da renda, pode ser expresso pela seguinte equação: $Y = Sd + C + T$, onde Y é a renda total, Sd a poupança doméstica, C o consumo e T os tributos. Dessa equação se tira que $C = Y - Sd - T$, o que deixa claro que uma diminuição dos tributos leva a um aumento do consumo.

Isso explica como as recentes alterações nas faixas de renda mínima para a incidência do IRPF levam à expansão do consumo da economia.

Questão 2

"O diagnóstico estruturalista, para explicar o processo inflacionário em países em desenvolvimento, pressupõe que a inflação está associada à estrutura do comércio internacional, caracterizada pela rigidez das importações e pelo baixo dinamismo das exportações." Comente.

Kassius Diniz da Silva Pontes (20/20)

O diagnóstico estruturalista das causas da inflação, espelhado, por exemplo, nas concepções da CEPAL, assenta que a dependência que têm os países latino- americanos do setor exportador é uma das raízes do processo inflacionário que atinge o continente. As exportações dos países em desenvolvimento lastreiam-se sobretudo em produtos primários, de baixo valor agregado. Tais produtos têm baixa elasticidade- renda, sujeitando-se, ademais , às oscilações de preço que freqüentemente

atingem o mercado de commodities. Daí se falar no baixo dinamismo do setor exportador, já que sua capacidade de gerar divisas encontra-se restringida pela estrutura do comércio internacional, em que aos países em desenvolvimento é atribuído o papel de exportar produtos primários e importar produtos de maior valor agregado (industrializados).

Referida assimetria provoca desequilíbrios na balança de pagamentos, agravando a dependência externa do país. A deterioração dos meios de troca estimula o processo inflacionário, em razão, por exemplo, da política cambial adotada. Ao almejar tornar o setor exportador mais competitivo (por meio, a título de ilustração, de desvalorização da moeda), tal política acaba por levar ao encarecimento das importações, elevando o nível geral de preços. Mesmo a ação estatal no sentido de suprir essa deficiência, através de investimentos destinados a criar uma infra- estrutura indispensável à industrialização do país, apresenta um inegável potencial inflacionário.

O viés estruturalista acentua, logo, que uma das causa da inflação é a dependência dos países em desenvolvimento com relação ao setor externo. De um lado, exportações – segundo os estruturalistas – com baixo potencial gerador de divisas. De outro, importações de produtos industrializados capazes de acarretar uma "sangria" das reservas existentes. Trata-se de uma assimetria "estrutural" – a inflação não adviria, assim, de um "excesso" de moeda na economia, como preconizam os monetaristas, mas de causas mais profundas, dentre as quais se inclui, como visto, a estrutura do comércio internacional.

Questão 3

Um dos instrumentos de que as autoridades monetárias dispõem para controlar a oferta monetária da economia consiste em determinar o encaixe mínimo compulsório sobre os depósitos em conta corrente administrados pelo sistema bancário. Descreva esse instrumento de política monetária e explique por que o controle das autoridades sobre o estoque monetário não é absoluto, utilizando o conceito de multiplicador monetário.

Simone Meira Dias (20/20)

De acordo com a meta econômica a ser atingida, a política monetária dispõe de diversos mecanismos de controle da oferta monetária, como emissões, taxa de juros, open market (compra e venda de títulos públicos), reservas compulsórias depositadas no Banco Central e o encaixe técnico compulsório dos Bancos Comerciais.

Na realidade, sendo uma autoridade monetária, o Banco Central pode controlar a oferta de moeda ao determinar a quantidade de reservas que os bancos comerciais precisam enviar ao próprio Banco Central como garantia, e ao estipular o encaixe mínimo compulsório, isto é, a quantia mínima que os Bancos Comerciais precisam separar para compensar os depósitos em conta corrente.

Se o objetivo da política econômica é expandir a economia, elevando a demanda agregada, o governo procura aumentar a oferta de moeda. Nesse caso, o Banco Central diminui o encaixe mínimo compulsório, garantindo maior liberdade ao setor bancário para multiplicar a moeda. Se a meta é reduzir o ritmo da economia, o Banco Central aumenta o encaixe mínimo compulsório, diminuindo a oferta de moeda e "encaixando" o sistema.

Entretanto, o controle das autoridades sobre o estoque monetário não é absoluto. A moeda que as pessoas detêm e os depósitos em conta corrente (M1) são constantemente multiplicados pelos Bancos Comerciais. Tal capacidade multiplicadora se verifica a cada novo empréstimo que os bancos efetuam. Assim, se todos resolvessem retirar seus depósitos bancários ao mesmo tempo, essas instituições não poderiam atender à solicitação. Para controlar a oferta monetária de forma mais efetiva, as autoridades teriam de recorrer aos depósitos compulsórios junto ao Banco Central, ao controle sobre emissões e juros, bem como às atividades de open market.

Questão 4

Argumenta-se, freqüentemente, que é preciso manter o preço da energia elétrica baixo para que o consumidor, particularmente aquele mais desfavorecido, não comprometa parte significativa de sua renda com o consumo desse produto. Explique por que a teoria econômica pode rejeitar esse tipo de argumentação.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

A energia elétrica é um bem econômico de características próprias. Além de poder ser entendido como bem final (uso residencial, por exemplo),apresenta forte caracterização como bem intermediário, ao ser insumo imprescindível para a produção industrial e para o comércio. Assim, observar apenas uma de suas características pode levar a políticas econômicas equivocadas.

O governo brasileiro tem, recorrentemente em sua história, aplicado política de tarifas compulsórias para determinados bens considerados essenciais, em vista tanto de pressões políticas como de considerações sociais. Essa intervenção do Estado na economia, apesar de parecer louvável a curto prazo, tem-se demonstrado de difícil sustentação. Para muitos, a instituição de tarifas compulsórias em meados do século passado gerou fortes dificuldades financeiras de empresas privadas prestadoras de serviço elétrico, como a Light, e, conseqüentemente, problemas no abastecimento. A incorporação, pelo Estado, dessas empresas parecia o caminho natural. Entretanto, o crescimento da oferta por amplos projetos de investimento na infra-estrutura energética, conjugado a preços subsidiados ao consumidor, só foi possível com um forte endividamento público. As dificuldades financeiras no setor chegaram a tal monta que, na década de 1990, o Estado não mais tinha capacidade de investir na produção, necessária em vista do aumento crescente no consumo. A solução foi a privatização do setor elétrico, ainda em andamento, pois apenas a iniciativa privada teria os recursos necessários ao investimento.

A instituição de um preço máximo cobrado ao consumidor, aquém do preço de mercado, recai necessariamente sobre o produtor. No curto prazo, leva mesmo à expansão no consumo. Entretanto, o aumento na demanda, não acompanhado por um aumento na oferta (mesmo porque os investimentos no setor são de longa maturação), gera uma tendência a um aumento nos preços. Uma vez que este está proibido, os custos recaem sobre o produtor, que não terá quaisquer incentivos para investir em novas unidades produtivas. Assim, leva, a médio-longo prazo, a uma estagnação da oferta. Tendo em vista a demanda crescente por energia elétrica, e sua característica como insumo produtivo, a deficiência na oferta acarreta forte desaceleração econômica, o que resulta em desemprego e na própria diminuição da renda do consumidor final, em benefício de quem as tarifas compulsórias teriam sido instituídas.

Questão 5

Discuta os principais mecanismos de proteção à indústria nacional que foram utilizados ao longo do processo de substituição de importações, no Brasil.

Aurélio Romanini de A. Viotti (20/20)

O Processo de Substituição de Importação (PSI), adotado pelo Brasil, em diferentes medidas, da Revolução de 30 à década de 1990, levou à industrialização nacional voltada ao mercado interno e à superação da estrutura histórica agrário-exportadora. Sua causa primeira foi o estrangulamento externo, pela queda das receitas de exportação em virtude da crise de 1929, e a conseqüente crise cambial. A desvalorização da moeda doméstica favoreceu o fornecimento interno de bens antes importados, levando a um aumento do investimento e da produção interna. Esse crescimento acarretou novo aumento nas importações (insumos e bens de capital), levando a nova crise cambial e nova desvalorização monetária, e assim sucessivamente.

O primeiro mecanismo de proteção foi, portanto, cambial. Esse, entretanto, onerava o conjunto da sociedade, sendo, já em Dutra, substituído por um sistema de licenciamento de importações e, em seguida, por um sistema de câmbios diferenciados, de acordo com o produto importado. O protecionismo tarifário foi gradualmente consolidando-se como mecanismo de proteção à industria doméstica, sendo formalmente instituído pela Lei do Similar Nacional, sob o governo JK. O grande crescimento industrial desse período deveu-se a uma série de medidas correlacionadas, como uma maior facilidade de investimentos externos e importação de bens de capital (instrução 113 da SUMOC) e investimentos estatais na criação da infra-estrutura para a produção e para o próprio desenvolvimento de mercado (como a construção de rodovias). O componente governamental passa progressivamente a ter maior relevância na formação da demanda agregada.

Sob o regime militar, a atuação do Estado no PSI assume papel fundamental. Além de fornecer incentivos (fiscais e creditícios, pelo BNDE) à produção privada, aumenta a participação direta do Estado na economia, principalmente no fornecimento de insumos à produção, como energia e minérios. Além disso, as dificuldades recorrentes de equilibrar o Balanço de Pagamentos no período, causado pelo crescente endividamento externo, leva o governo a criar incentivos diretos à exportação, favorecendo o produtor nacional.

O sucesso do PSI deu-se com um crescimento exagerado da dívida pública (tanto externa como interna), o que causaria graves conseqüências na década de 1980 com o aumento elevado na taxa de juros internacional. Além disso, favoreceu a ineficiência econômica de uma estrutura industrial oligopolizada e pouco competitiva, com produtos de baixa qualidade e preços relativamente altos, recaindo os maiores custos no consumidor final.

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.